

APRESENTAÇÃO

Esta edição de *Crítica e Sociedade* reúne reflexões que atravessam temas contemporâneos ligados à cultura, gênero, educação, memória e produção de conhecimento, articulando perspectivas das Ciências Sociais, dos Estudos Culturais, da Antropologia e da História. Os trabalhos apresentados promovem o diálogo entre experiências corporais, disputas políticas e transformações socioculturais, reafirmando o compromisso da revista com a pluralidade epistemológica e com o fortalecimento de abordagens críticas sobre desigualdades e processos sociais.

Os quatro artigos que compõem essa edição resultam de investigações que exploram diferentes campos empíricos e metodológicos, oferecendo contribuições originais para debates sobre etnografia, gênero, políticas educacionais e memória musical.

Abrimos esta edição com o artigo “*Como nascem as etnografias? Um estudo de campo de uma etnógrafa autista na cena da cultura de baile/ballroom em Goiânia/GO*”, de Brendaly Santos de Freitas Januário. A autora analisa o papel das/os interlocutoras/es na constituição de seu trabalho de campo na cena Ballroom goianiense, destacando como sua corporalidade e sua condição de pesquisadora autista atravessam e orientam a própria produção etnográfica. A partir da noção de “ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada, o texto evidencia como estímulos sensoriais, redes de afeto e estruturas de suporte conformam modos de pesquisa implicados e reflexivos, contribuindo para o debate sobre etnografias situadas e epistemologias encarnadas.

Na sequência, apresentamos o artigo “*Qualidade de vida no curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (2017–2022): problematizando a desigualdade de gênero*”, de Fabiane Santana Previtali e João Pedro Ribeiro Carrijo. O estudo analisa a relação entre perfil estudantil, qualidade de vida e desigualdades de gênero no contexto da formação jurídica, articulando materialismo histórico-dialético e teoria social crítica. A partir de dados quantitativos e qualitativos, os autores revelam como relações de gênero estruturam condições desiguais de permanência e bem-estar entre estudantes, iluminando tensões do ensino jurídico contemporâneo em meio à precarização do trabalho e às exigências de formação profissional.

Em seguida, o artigo “*A temática de gênero no currículo de Minas Gerais: possibilidades pedagógicas a partir de debates filmicos — longa-metragem *Valentina**”, de Gabriela Gonçalves Junqueira e Jéssika de Souza Silva, discute a presença — e a disputa — da temática de gênero nos documentos orientadores da educação estadual mineira. As autoras analisam o impacto da Resolução SEE nº 3423/2017, que regulamenta o nome social nas escolas, e apresentam o filme *Valentina* como

recurso metodológico capaz de mobilizar debates críticos sobre violência de gênero, diversidade e processos de reconhecimento. O texto evidencia o potencial pedagógico da linguagem cinematográfica para tensionar práticas escolares e promover abordagens inclusivas.

Encerrando esta edição, o artigo “*O músico independente no rádio público: memória, potenciais de pesquisa e lacunas em Vitória da Conquista*”, de Plácido Oliveira Mendes e Felipe Eduardo Ferreira Marta, investiga o papel das rádios públicas na constituição, circulação e preservação da memória da música independente no sudoeste baiano. A partir da análise das emissoras UESB FM e Rádio Câmara, os autores destacam a ausência de acervos digitais e as dificuldades enfrentadas por pesquisadores, defendendo iniciativas independentes como o projeto *Memória Musical do Sudoeste da Bahia* para preencher lacunas documentais e fortalecer o patrimônio cultural regional.

Os textos reunidos nesta edição reafirmam a importância de pesquisas que enfrentam desigualdades, valorizam a diversidade e ampliam modos de produzir e preservar conhecimento. Convidamos leitoras e leitores a percorrer esses debates, certos de que encontrarão análises críticas, sensíveis e comprometidas com a complexidade do mundo social.

Os editores

COMO NASCEM AS ETNOGRAFIAS? Um estudo de campo de uma etnógrafa autista na cena da cultura de baile/*ballroom* em Goiânia/GO

HOW ARE ETHNOGRAPHIES BORN? A field study by an autistic ethnographer in the ballroom culture scene in Goiânia/GO

Brendaly Santos de Freitas Januário¹

Resumo

Neste artigo, analiso as contribuições das/os interlocutoras/es no desenvolvimento do meu trabalho de campo na cena da Cultura de Baile/*Ballroom*, na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás. Por meio da minha corporalidade, apresento o desenvolvimento da minha produção acadêmica, que denominei de etnografia autista. Assim, minha experiência em campo também foi produto de análise. Para fundamentar este trabalho, utilizei a teoria da antropóloga Jeanne Favret Saada (2005), em seu artigo “Ser afetado”, trazendo a minha vivência em campo como etnógrafa autista exposta a inúmeros estímulos sensoriais, como barulhos, luzes, superlotação, entre outros. Dessa forma, discuto como as redes de afeto e os suportes influenciaram o desenvolvimento do meu trabalho de campo e a minha experiência como pesquisadora.

Palavras-chave: Etnografia autista; Autismo; Redes de afeto; Vivências

Abstract

In this article, I analyze the contributions of my interlocutors to the development of my fieldwork within the Ballroom/Baile Culture scene in the city of Goiânia, capital of the state of Goiás. Through my own corporality, I present the development of my academic production, which I refer to as autistic ethnography. Thus, my field experience also became an object of analysis. To ground this work, I draw on the theory of anthropologist Jeanne Favret-Saada (2005) in her article “Being Affected,” bringing in my lived experience in the field as an autistic ethnographer exposed to numerous sensory stimuli such as noise, lights, overcrowding, among others. In this way, I discuss how networks of affect and forms of support influenced the development of my fieldwork and my experience as a researcher.

Keywords: Autistic ethnography; Autism; Networks of affect; Lived experiences

¹ Doutoranda em Antropologia Social (UFG), mestre em Sociologia (UFG), bacharel em Direito pelo Centro Universitário de Goiás - UNIGOIÁS. É pesquisadora do LEX - Laboratório de Experimentações Etnográficas e Marcadores Sociais da Diferença desde 2022. Estudosa das áreas de Identidade de Gênero, Transgênero, performances culturais e dos estudos sobre as deficiências, como o Transtorno do Espectro Autista. Dissertação produzida "Entre Mães, Filhas, Casas e Autismo: uma etnografia autista da cena da Cultura de Baile/*Ballroom* em Goiânia/GO, sob o olhar de uma socióloga no Espectro Autista". Contato: brendaly@discente.ufg.com

INTRODUÇÃO

Este artigo foi desenvolvido como produto de um trabalho final na disciplina de doutorado “Seminários Avançados da Antropologia Contemporânea”, ministrada pela docente Camila Mainardi² no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (UFG), no segundo semestre de 2024. Nesta disciplina, analisamos e debatemos a produção das etnografias nas Ciências Sociais, concentrando os estudos na área da Antropologia Social.

Pelo fato de termos experiências com os nossos próprios estudos de campo, a ideia era a de aprofundarmos na teoria etnográfica a fim de adquirirmos um maior arcabouço teórico para a produção de nossas teses de doutorado. Durante os debates ao longo da disciplina houve trocas sobre nossas vivências em campo, momentos de escutas, críticas construtivas e ensinamentos entre as/os discentes que, certamente, nos empoderaram para o processo de produção de nossas etnografias a serem apresentadas em formato de teses de doutorado.

A partir dos materiais selecionados e dos debates realizados em sala de aula, iniciei uma reflexão dos estudos de campo que já vinha desenvolvendo ao longo do mestrado em Sociologia, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS na UFG. Durante a minha imersão em campo ao longo do mestrado, pesquisei sobre a cena da Cultura de Baile/*Ballroom* na cidade de Goiânia/Go e a minha perspectiva de *etnógrafa autista*, inserida neste ambiente com muitos barulhos, luzes, interações sociais, superlotação, estímulos sensoriais, entre outras sensações que podem desestabilizar uma pessoa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista.

Desse modo, para a produção desta etnografia pude contar com o apoio de minha interlocutora mais próxima chamada Andreia³ e de outras pessoas que contribuíram diretamente para o meu suporte⁴. Todavia, neste artigo, quero enfatizar o suporte de minha interlocutora no desenvolvimento de minha dissertação e a finalização do meu campo com êxito. Este enfoque se dá pelo contexto que eu estava inserida em campo e pelo fato de ter sido diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista – nível 1 de suporte durante a minha pesquisa na cena da Cultura de Baile.

²Docente da Faculdade de Ciências Sociais – FCS e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – PPGAS da Universidade Federal de Goiás. Atualmente é pesquisadora do IMPEJ, núcleo de Etnologia Indígena do PPGAS-UFG e auxilia o Centro de Estudos Ameríndios (CEstA-USP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6137697906837769>.

³Os nomes das minhas interlocutoras foram modificados para garantir o anonimato e a confidencialidade das/os integrantes da cena da Cultura de Baile em Goiânia/Go.

⁴Apesar de todos os nomes citados em minha dissertação terem sido reverenciados, quero novamente agradecer à banca de defesa, ao meu orientador Dr. Carlos Eduardo Henning e demais pessoas que contribuíram para a minha formação.

Logo, a minha corporalidade também fez parte da análise e campo, visto que, todos os estímulos sensoriais afetavam a minha perspectiva e me geravam gatilhos, como as crises de *shutdown*⁵, *meltdown*⁶, sendo inclusive inseridas na escrita de minha dissertação. Além do mais, eu precisava de suporte em momentos de crises devido aos estímulos visuais presentes na cena da Cultura de Baile. Em todos os momentos que necessitei de auxílio, a minha interlocutora se mostrou sensível as minhas queixas e aos gatilhos que poderiam me causar uma sobrecarga sensorial.

Durante a discussão dos textos dadisciplina aqui referida, percebi que diversas/os interlocutoras/es recebiam destaque nas pesquisas que estavam sendo realizadas. Desse modo, foi abordado durante as aulas, o papel da/o etnógrafa/o durante a pesquisa de campo e quais os modos de realizarmos etnografia para a escrita de nossas teses de doutorado.

Na época de escrita da minha dissertação, me recordo de uma queixa particular ao meu orientador sobre qual teoria o meu campo se encaixava, visto que, ao mesmo tempo que não participava da Cultura de Baile com performances ou estava ligada a alguma *house*⁷, o meu corpo encontrava-se em cena e estava em constante análise de campo. Portanto, as minhas incertezas giravam em torno da seguinte questão: eu produzia uma etnografia ou uma autoetnografia? No primeiro caso, sentia que estava sendo leal ao campo, pois não era integrante da Cultura de Baile, mas ao mesmo tempo desconsiderava as minhas sensações e crises em campo de uma pessoa autista. Na segunda hipótese, me sentia uma farsa por não participar diretamente da Cultura de Baile e não pretendia ocupar um espaço que não era meu.

Ao levar esses questionamentos na ocasião da defesa da dissertação de mestrado, a banca sugeriu que a minha etnografia era única considerando local que eu ocupava. Se tratava, então, de uma *etnografia autista*. Sobre esse meu embaraço e a resolução deste conflito, discutirei mais adiante quando for analisar as etnografias contemporâneas e o papel das/os interlocutoras/es no trabalho de campo.

⁵ Em minha dissertação de mestrado “Entre Mães, Filhas, Casas e Autismo: uma etnografia autista da cena da Cultura de Baile/Ballroom em Goiânia/GO, sob o olhar de uma socióloga no Espectro Autista”, descrevi a crise de *shutdown* da seguinte maneira: “Palavra que poderia ser traduzida do inglês como “desligamento” ou o “ato de desligar algo”), geralmente ocorre após longos períodos de interação social e/ou sobrecarga de interações sociais”. (JANUÁRIO, 2025, p. 84)

⁶ A crise de *meltdown* também foi traduzida em minha dissertação, citada em nota anterior: “No meu caso, por exemplo, o meu *meltdown* (palavra que poderia ser traduzida do inglês como “colapso”) se configura com momentos de irritação e caso eu tenha o aumento dos sintomas eu entro em um estado de raiva, choro e confusão”. (JANUÁRIO, 2025, p. 84)

⁷ As *houses* são locais de acolhimento a jovens LGBTQIAPN+, integrantes da Cultura de Baile. De acordo com Silva (2022), as *houses* surgiram nos Estados Unidos, na década de 70 (com raízes anteriores, nos anos de 1960) com a *queen* Crystal LaBeija.

A fim de interligar as temáticas que serão discutidas neste artigo com os textos discutidos em sala de aula, trago a teoria da antropóloga Jeanne Favret Saada (2005) apresentada em seu artigo “Ser afetado” (traduzido por Paula Siqueira), o qual discute o seu trabalho de campo sobre feitiçaria em Bocage francês. Neste trabalho, a antropóloga versa sobre as redes de afeto e os modos como o trabalho de campo afetam a/o pesquisadora/r. De maneira semelhante, fui afetada na cena da Cultura de Baile e a sensibilidade de minha interlocutora de campo, que também se tornou a minha rede de afeto, me trouxe suporte para desenvolver uma *etnografia autista*.

Dialogando com o “Ser afetado”, trago o artigo da antropóloga Suzane de Alencar Vieira⁸, “Força e vulnerabilidade: lições de etnografia e de feitiçaria de Jeanne Favret-Saada” (2021). Trago um texto argumentativo de Favret Saada (2005) com a intenção de provocar outras reflexões, além da minha, sobre essa forma de realizar etnografia.

Ademais, para trazer embasamento teórico do que produzi durante o meu trabalho de campo no mestrado em Sociologia e da minha produção acadêmica que denominei como *etnografia autista*, apresentarei os conceitos de antropólogas que contribuíram para a teorização da minha etnografia. Dentre elas, apresentarei a antropóloga Anahí Guedes de Mello (2019), a qual discute e analisa a sua vivência em campo como antropóloga surda, trazendo uma autoetnografia ciborgue, em referência ao seu dispositivo de surdez.

A antropóloga Ana Clara Damásio (2022) será mencionada com o seu trabalho de campo no mestrado de Antropologia Social na UFG, produzindo uma pesquisa entre as suas “parentes-interlocutoras” em Canto de Buriti – PI, elaborando uma *etnografia de aproximações*. Para a produção deste artigo, a pesquisa de Ana Clara Damásio (2022) também será relevante pelos percalços que a antropóloga percorreu para estabelecer diálogo com as suas interlocutoras.

Devido a minha corporalidade estar em cena, creio ser essencial posicionar os marcadores sociais da diferença que me atravessam e os que me colocam em *status* de privilégio social. Sou uma mulher, branca, lésbica e uma pessoa com deficiência (autista – nível 1 de suporte). Pelo fato de trabalhar com estudos sobre gênero, sexualidade e deficiência e por pertencer a esses grupos minoritários, desde a minha pesquisa de campo, procuro trazer acessibilidade, cuidado e o devido destaque a esses grupos que recebem pouco destaque.

⁸ Suzane de Alencar Vieira é professora da Faculdade de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social na UFG. É doutora em antropologia social pelo Museu Nacional da UFRJ e mestre em antropologia social pela Unicamp. Pesquisa conflitos ambientais, controvérsias das tecnociências nucleares, conhecimento ecológico e resistência política de comunidades campesinas e quilombolas em Caetité-BA. Lattes: <http://lattes.cnnpq.br/5311157252579292>.

Assim, para ser acessível com as pessoas de deficiência visual, embaixo de cada imagem terá a seguinte frase: “Para que todas/os vejam” e descreverei os elementos presentes nas imagens com o máximo de detalhes que eu conseguir apresentar. A fim de subverter as regras gramaticais usarei primeiramente os pronomes femininos para dar destaque às mulheres, para isso me inspirei na pesquisa de campo de Samuel Douglas Farias Costa⁹ (2024) e nas conversas informais entre as/os orientandas/os do professor Dr. Carlos Eduardo Henning. Todos os pronomes das/os interlocutoras/es descritos neste artigo foram respeitados, bem como as suas identidades de gênero. Neste trabalho, tenho o intuito de dar o devido protagonismo às/aos interlocutoras/es que normalmente não recebem a devida relevância nas pesquisas de campo.

APROXIMAÇÕES E CONTEXTUALIZAÇÕES DO CAMPO

Nesta seção contextualizarei brevemente a minha pesquisa de campo, como ocorreram os primeiros contatos com minhas interlocutoras e o meu diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista – nível 1 de suporte. Para isso, começarei narrando, a partir de adaptações do meu diário de campo, as primeiras interações que tive com a comunidade da Cultura de Baile, na cidade de Goiânia/Go. Este relato, também pode ser encontrado em minha dissertação de Mestrado “Entre Mães, Filhas, Casas e Autismo: uma etnografia autista da cena da Cultura de Baile/*Ballroom* em Goiânia/GO, sob o olhar de uma socióloga no Espectro Autista”. (JANUÁRIO, 2024)

Em dezembro de 2022, me juntei ao Ser-Tão, um Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Na época, o grupo era liderado pelo professor Dr. Luiz Mello e pela professora Dra. Eliane Gonçalves. A minha intenção era de ter um contato mais próximo aos estudos das Ciências Sociais, com o foco em gênero e sexualidade. Esta aproximação foi incentivada por meu orientador, em decorrência da minha transição de área: eu passava da formação em Direito para uma formação em Ciências Sociais.

O grupo estava sendo reestruturado, tendo ficado longos períodos sem reuniões frequentes após a pandemia da Covid-19. Assim, nos primeiros encontros estávamos discutindo ideias para aproximar estudantes de graduação e pós-graduação da UFG e apresentarmos o núcleo de estudos Ser-Tão. Para isso, pensávamos na realização de uma festividade dentro da universidade. Foi então que uma das integrantes do grupo, que também acabara de entrar para o

⁹ Agradeço ao meu colega por disponibilizar seu trabalho e pelas trocas que tivemos nas reuniões de orientação.

Ser-Tão, sugeriu que realizássemos uma Cultura de Baile na UFG. A proposta foi aceita por todas as pessoas presentes, assim iniciamos os preparativos para a organização do evento.

Essa nova integrante, juntamente com sua amiga ficaram responsáveis por convidar as/os participantes da Cultura de Baile em Goiânia/Go, visto que elas também integravam a cena. A fim de respeitar o anonimato e suas identidades de gênero, descreverei cada uma delas, utilizando os codinomes de Ariel e Andreia. Na época de escrita da minha dissertação, Andreia se identificava com a identidade de gênero não-binária, todavia, na entrega da versão final da dissertação ela estava passando por um processo de transição e passou a se identificar como travesti. Por isso, na época que nos conhecemos ela não tinha preferência pelos seus pronomes, contudo eu me referia à Andreia com os pronomes Ela/Dela, pelo fato dela ser chamada assim por suas amigas. A Andreia é uma pessoa negra, possuía 20 anos na época que nos conhecemos na minha pesquisa de campo.

Já Ariel, é uma pessoa negra, não-binária e possui preferência pelos pronomes Ela/Dela e Elu/Delu. Também possuía 20 anos na época e é uma pessoa com deficiência, não especificada aqui, por minha opção, para evitar a sua identificação. Tanto Andreia quanto Ariel eram estudantes e estavam regularmente matriculadas na UFG. Por serem integrantes na cena da Cultura de Baile, elas se apresentavam na época como pessoas *007*, essa denominação se dá a integrantes da cena que não estão vinculadas a nenhuma *house* [casa].

Após alguns dias, conversei com um professor que também estava responsável pela organização do evento, que aqui irei chamá-lo de Pedro Porto para evitar a sua identificação. Apresentei a proposta de criarmos um grupo de WhatsApp¹⁰ com Andreia e Ariel para discutirmos os detalhes do evento. Com a criação do grupo e aperfeiçoamento das ideias em conjunto para a realização da Cultura de Baile na UFG, senti mais conectada com elas.

No dia do evento, além das *performances* que seriam realizadas pelas/os integrantes da Cultura de Baile de Goiânia/Go, combinamos de passar o filme *Paris is Burning*, no auditório Lauro Vasconcelos, prédio de Humanidades I, localizado no Campus Samambaia da UFG. *Paris is Burning* é um documentário estadunidense, filmado na década de 80, dirigido por Jennie Livingston e gravado na cidade de Nova York. Seu enredo gira em torno da Cultura *Ballroom*, entre os anos de 1980 e 1990, juntamente com o surgimento das *Houses*, majoritariamente compostas por pessoas negras e latinas das classes populares de Nova York. Além do mais, as *Houses* eram compostas, na

¹⁰ O WhatsApp é um comunicador instantâneo que possibilita o envio de mensagens de texto, voz, imagens, vídeos e documentos, também é possível realizar e receber ligações. Foi criado no ano de 2009 e atualmente faz parte do Meta que também é dono do Instagram e do Facebook. Atualmente possui 2 bilhões de usuários ativos no mundo, sendo que apenas no Brasil, há 147 milhões que o usam regularmente.

maior parte, por pessoas que se identificavam como gays, lésbicas, bissexuais e principalmente transexuais e transgêneros.

Neste documentário, podemos usufruir de entrevistas com figuras importantes da cena *Ballroom* e observamos como eram desenvolvidos os bailes naquela época e região. Apesar deste documentário ser alvo de muitas críticas, temos o privilégio de ter um contato aproximado e cativante das categorias disputadas naquela década em Nova York e o surgimento das *Houses* (casas).

Em minha dissertação, separei algumas linhas para dar o devido reconhecimento ao elenco entrevistado neste filme, pois apesar do documentário ter sido mobilizado como um marco internacional das manifestações culturais, acredito que as figuras entrevistadas não tiveram o verdadeiro prestígio e honra. Deste modo, quero elencar os nomes das verdadeiras estrelas deste documentário: Brooke Xtravaganza, Carmen Xtravaganza, André Christian, Dorian Corey, Paris Dupree, David The Father Xtravaganza, Junior LaBeija, Pepper LaBeija, Willi Ninja, Sandy Ninja, Octavia St. Laurent, Venus Xtravaganza, Angie Xtravaganza, Danny Xtravaganza, Hector Xtravaganza, Kim Pendavis, Freddie Pendavis, Avis Pendavis, Sol Pendavis, entre outras pessoas.

Retornando à narrativa do evento que estávamos organizando da Cultura de Baile dentro da UFG. No grupo de WhatsApp, decidimos que iríamos distribuir pipoca com refrigerante para todas/os que estavam presentes. No dia do evento, eu estava no auditório Lauro Vasconcelos, esperando o documentário ser exibido, acontece que, vejo a Andreia passando de um lado para o outro, com o olhar preocupado e ofegante. Observo que, ela estava distribuindo as pipocas e os refrigerantes sozinha e não tinha nenhuma pessoa auxiliando. Ao me deparar com essa cena, decido ir até a cozinha me oferecer para ajudá-la.

Assim que cheguei na copa da cozinha eu me apresentei à Andreia, pois nunca tínhamos conversado pessoalmente, somente no grupo de WhatsApp criado pelo professor Pedro Porto. Ao me oferecer para ajudá-la, ela me responde da seguinte forma: “Nossa, eu preciso muito de ajuda!” e abriu um enorme sorriso, demonstrando que estava verdadeiramente sobrecarregada. Então, iniciamos o trabalho, que era de estourar a pipoca, colocar em sacos de papel, acomodar nas bandejas e distribuir juntamente com os refrigerantes. Nesse período, conversamos assuntos banais com a intenção de passar o tempo para que não houvesse um período de silêncio e ficasse um clima chato.

É importante frisar que nesse momento eu não tinha a intenção de pesquisar sobre a Cultura de Baile na cidade de Goiânia/Go, o meu propósito era somente de ajudá-la, visto que, eu e o meu orientador já estávamos com a temática sobre o envelhecimento de mulheres trans e

travestis em mente. Apesar da Andreia ser uma pessoa não-binária na época e na entrega da versão final da minha dissertação se identificar como uma travesti, ela é uma pessoa muito jovem e não possuía os atravessamentos do envelhecimento que eu estava empenhada em pesquisar.

Durante um período de conversas um tanto quanto genéricas, devido eu ser péssima em socializar e puxar papo. Isso ocorre porque eu posso dificuldades com a comunicação por conta do Transtorno do Espectro Autista, fazer novas amizades sempre foi um desafio para mim. Depois de um tempo, a Ariel entra na cozinha e pergunta se precisávamos de ajuda. Ela estava introspectiva no começo, pensei que era, talvez, por minha presença, por não me conhecer direito, como eu sou introspectiva e tenho dificuldades de socializar, preferi não forçar um diálogo.

Após uns minutos, ela expressa que precisava tomar café para despertar, visto que estava muito cansada. Uma das minhas características é ser proativa, havia uma máquina de café, dessas modernas que preparava a bebida. Como nunca tínhamos mexido em uma cafeteira assim, nos unimos com o propósito de entender o seu funcionamento. Depois de muito futricar, percebemos que não conseguiríamos e, então resolvemos desistir com receio de estragar a cafeteira. Essa pequena interação, nos proporcionou um momento de descontração e uma oportunidade de nos conhecermos melhor.

Como já havíamos cumprido nossas obrigações de servir a pipoca e o refrigerante, resolvemos voltar para o auditório e assistir o restante do documentário que já começara. Ao entrarmos no local, cada uma de nós foi se sentar em locais diferentes e não demorou muito para o filme acabar. O prof. Dr. Luiz Mello explicou a todas/os presentes que se iniciaria a segunda parte do evento, que eram as *performances* das/os integrantes da cena da Cultura de Baile de Goiânia. Assim, nos dirigimos para o espaço que estava destinado às apresentações, que ocorram no pátio do prédio da Humanidades I, no Campus Samambaia da UFG, há poucos metros de onde estávamos.

Ao chegarmos no local, avistei uma escada que dava acesso a uma espécie de plataforma. Também havia duas rampas de acessibilidade que dava passagem a essa plataforma. Todas as pessoas que estavam presentes para assistir às apresentações ficaram nesse espaço. O local era coberto e bastante amplo, não havia paredes que delimitavam o espaço, por isso foi disponibilizados um microfone e uma caixa de som pela universidade para as apresentações. Esta foi a minha primeira interação com a Cultura de Baile, na cidade de Goiânia/Go.

No pátio estavam as/os integrantes da Cultura de Baile que se preparavam para a apresentação, ou *performance* como preferiam dizer. Havia uma média de vinte pessoas, entre elas, homens gays, pessoas não-binárias, travestis e homens e mulheres trans. Decidi me juntar ao

público para assistir as *performances*, fiquei na rampa de acessibilidade pelo fato de a escada estar lotada e com pouca visibilidade. Como era o meu primeiro contato com a Cultura de Baile, informei ao meu orientador que estávamos organizando este evento na universidade, por sua vez, ele me orientou a registrar tudo e posteriormente fazer anotações em meu diário de campo das manifestações culturais que ocorressem naquele espaço.

Figura 1: Evento da Cultura de Baile/*Ballroom* realizada no pátio Humanidades I, Campus Samambaia UFG na noite do dia 12 de dezembro de 2022.



Fonte: fotografia registrada por Flávia Lima.

Para que todas/os vejam: Na foto há pessoas performando e ao redor delas/es estão as/os integrantes da Cultura de Baile/*Ballroom*. O público que assiste está sentado em uma escada e eu estou em pé de amarelo na rampa de acesso registrando o momento.

Ao iniciarem as apresentações, resolvi colocar em prática as instruções dadas pelo meu orientador, através do registro do meu celular. Todavia, me senti apreensiva de registrar o momento, era como se eu estivesse fazendo algo errado ou que todas as pessoas estavam me observando. Esse sentimento de inadequação sempre me acompanhou, por isso eu observava as

pessoas na tentativa de agir como elas. As pessoas estavam batendo palmas, eu deveria bater também? Ficar filmando e bater palmas ao mesmo tempo era praticamente impossível, então eu filmava por um tempo, guardava o celular, aplaudia, pegava o celular e filmava novamente... Eu estava me sentindo deslocada, mesmo assim cumpri o papel que estava disposta a fazer, dentro da minha realidade.

O local estava extremamente quente, não sei se as outras pessoas estavam sentindo a temperatura como eu sentia. Com o tempo, descobri que pessoas autistas são sensíveis a temperaturas, sempre sinto muito frio ou muito calor. Costumo brincar que é como se o meu termostato estivesse “quebrado”. Na época desse relato eu ainda não havia sido diagnosticada com TEA, o meu processo de diagnóstico ocorreu ao longo da minha pesquisa de campo. Grande parte da busca pelo diagnóstico ocorreu devido aos estímulos sensoriais que enfrentei nos bailes e que me desencadearam diversas crises. O suporte das minhas interlocutoras foram fundamentais para que eu me sentisse acolhida na Cultura de Baile em Goiânia/Go.

As minhas primeiras impressões da cena da Cultura de Baile foram de admiração e surpresa pela complexidade dos movimentos reproduzidos nas chamadas “batalhas”. Infelizmente, o microfone cedido pela universidade estava chiando muito, logo, as falas proferidas pela *chanter*¹¹ estavam incompreensíveis. Assim, me restava prestar atenção no que eu enxergava, já que a audição estava comprometida pela falha dos equipamentos. As disputas ocorriam em categorias, as/os integrantes performavam e disputavam entre elas e eles.

Essas disputas me recordavam as batalhas que ocorriam de *hip hop*, mas na área da dança/*performance* e com movimentos característicos da cena da Cultura de Baile. As/os integrantes que não estavam performando (se apresentando), formavam uma espécie de roda em volta das/os participantes daquela categoria. No meio das apresentações a *Chanter* enunciava uma espécie de texto cantado: -Eu disse um, eu disse, eu disse dois, eu disse, eu disse três e segura essa pose para mim! Nessa hora, a pessoa que estava se apresentando parava em uma determinada pose. Além disso, eu fiquei perplexa com a complexidade dos movimentos e pelo fato da performance ser extremamente técnica.

Após algumas categorias serem disputadas, o evento encerrou com um convite para que todas as pessoas que estavam presentes prestigiassem outros bailes da cena da Cultura de Baile, na cidade de Goiânia/Go. Assim, eu me aproximei da Andreia e perguntei se poderia chamá-la no WhatsApp, porque tinha um enorme interesse em conhecer a Cultura de Baile, visto que, eu fiquei

¹¹ Este termo se refere a pessoa responsável pela apresentação das categorias, palavra de origem francesa que significa “cantar”.

encantada com todas as apresentações que tinha presenciado naquele evento. Ela ficou muito contente e foi muito gentil comigo, me disse que iria me chamar para passar a agenda dos próximos bailes.

Passado um tempo, não tive nenhum retorno da Andreia. Eu estava muito ansiosa e me arrisquei em chamá-la. Esse contato foi um divisor de águas na minha vida, mal sabia que esse diálogo mudaria a trajetória da minha pesquisa e por meio dela receberia um diagnóstico que me fariam compreender a minha vivência e os desafios que enfrentei durante a minha trajetória pessoal. Jamais imaginaria que, com essa troca de mensagens, seria formado um laço intenso de amizade que levaria para além da minha pesquisa de campo.

CONSTRUINDO REDES DE AFETO NA CULTURA DE BAILE

O relato acima é uma adaptação do meu diário de campo de 12 de dezembro de 2022. Este trecho possui percepções particulares que acrescentei posteriormente em minhas anotações, com isso trago a minha percepção de uma etnógrafa autista na cena da Cultura de Baile, na cidade de Goiânia/Go.

A minha intenção em trazer o trecho do meu diário de campo foi de relatar os meus primeiros contatos com a Cultura de Baile, a minha aproximação com as minhas interlocutoras e de demonstrar como é fazer pesquisa de campo sendo uma pesquisadora autista – nível 1 de suporte. Os meus relatos etnográficos possuem a minha experiência sensorial, visual, tátil e os desafios que tive em campo com a socialização, os sentimentos de inadequação e o suporte que tive para a realização da minha pesquisa.

Logo, quero demonstrar com esse artigo, um pouco do meu fazer etnográfico e da minha descoberta do diagnóstico em TEA, destacando as singularidades da minha pesquisa enquanto uma etnógrafa atravessada pelo marcador social da deficiência. Também pretendo destacar a sensibilidade e o suporte que tive das minhas interlocutoras e de suas redes de apoio social, que demonstraram uma sensibilidade ímpar para comigo. Desse modo, vivenciei amparo e solidariedade dentro da Cultura de Baile, evidenciando o cuidado da comunidade *Ballroom* para com as pessoas neurodivergentes.

Assim, no início do meu trabalho de campo – nas primeiras apresentações da Cultura de Baile, como essa que foi descrita no trecho de meu diário de campo, eu tentei de inúmeras maneiras me encaixar e me camuflar em meio a multidão. Todavia, com os estímulos sensoriais que as *Balls* possuem, não conseguia esconder meus desconfortos e minhas crises em campo. A recomendação

do meu orientador era de registrar as minhas impressões particulares em campo, assim como minhas angústias, ansiedades, medos e crises sensoriais, pois todos esses elementos também seriam potenciais para as minhas análises de campo.

Com o meu diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista – nível 1 de suporte, o autismo também se tornou o meu campo de estudos, juntamente com a Cultura de Baile. Durante a escrita da minha dissertação eu precisei unir as duas temáticas. Revendo meus escritos de diário de campo, minhas conversas com meu orientador e o apoio e diálogo com as minhas interlocutoras, percebi que a conexão entre os dois temas eram o acolhimento e as redes de suporte, que a todo momento estão presentes nos meus relatos de campo.

Logo, para a realização do que denomino de *etnografia autista* me inspiro na ideia de etnografias do particular de Lila Abu-Lughod (2018), autora que critica a expectativa de analisar e reconstituir exaustivamente no texto etnográfico do “todo” de um determinado contexto social. Para ela, devemos nos ater na etnografia às pessoas “de carne e osso” com as quais lidamos em campo, de modo a evitar generalizações e essencializações problemáticas frente a contextos em que múltiplos pontos de vista, não necessariamente coesos e coerentes, podem ser encontrados.

Assim, a fim de trazer as limitações do campo, os desafios e as experiências de realizar uma pesquisa sendo uma pessoa autista, trago a teoria da antropóloga Jeanne Favret Saada (2005) publicada em seu artigo “Ser afetado” (traduzido por Paula Siqueira). Em seu trabalho de campo, a antropóloga realizou uma pesquisa sobre a feitiçaria em Bocage francês. Neste seu trabalho, Favret Saada (2005) aborda as redes de afeto e sua participação nos encontros com os enfeitiçados e os desenfeitiçados. No início da minha pesquisa de campo, me recordo dos receios que possuía para me socializar, afinal eu estava naquele lugar para conhecer as/os integrantes das *balls*, criar vínculos e encontrar possíveis interlocutoras/es para a minha pesquisa.

Um dos conselhos do meu orientador, que me marcou e me trouxe uma nova perspectiva em relação a etnografia que eu estava produzindo foi a seguinte: “Deixa o campo falar”. Em outras palavras, por diversas vezes entramos em campo com perguntas prontas e objetivos bem delimitados, todavia, as conexões que criamos e os caminhos que trilhamos, por vezes, nos trazem indagações que antes não teríamos cogitado.

Por isso, me permiti “ser afetada” em campo e não somente isso, exercei um ato de coragem para transcrever para minha dissertação os momentos que estive em maior vulnerabilidade. Do mesmo modo, para a produção de uma *etnografia autista* realizei uma pesquisa que vai na contramão de diversas pesquisas, as quais não relatam os bastidores de um trabalho de campo. Tenho observado há um tempo que diversos trabalhos antropológicos têm apresentado

suas versões finais com os resultados do campo, todavia, não são narrados os percalços, os desafios, angústias que a/o etnógrafa/o enfrentou. Além do mais, as/os interlocutoras/es de pesquisa têm ocupado papéis de meros “auxiliadoras/es de campo” e não a função de protagonismo, pois em sua grande maioria, possuem contribuições primordiais para a realização de uma etnografia.

A antropóloga Favret Saada (2005) destaca os desafios que enfrentou em seu trabalho de campo e sobre seus receios com a técnica de pesquisa amplamente difundida para realizar uma etnografia: a observação-participante. Para ela, a observação traria um distanciamento com as/os interlocutoras/es, por outro lado, a participação trouxe um receio que a sua pesquisa fosse vista como uma mera aventura, conforme ilustra a antropóloga:

No começo, não parei de oscilar entre esses dois obstáculos: se eu “participasse”, o trabalho de campo se tornaria uma aventura pessoal, isto é, o contrário de um trabalho; mas se tentasse “observar”, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para “observar”. No primeiro caso, meu projeto de conhecimento estava ameaçado, no segundo, arruinado. (SAAD, 2005, p. 157)

De maneira semelhante, ocorreu com o meu trabalho de campo, devido a minha pesquisa se concentrar em duas temáticas aparentemente distintas: a cena da Cultura de Baile em Goiânia/Go e o Transtorno do Espectro Autista. Uma dúvida que pairava os meus pensamentos, era se eu fazia etnografia ou uma autoetnografia, visto que, em relação a Cultura de Baile, eu não performava nos eventos, não estava ligada a nenhuma *house*, nesse sentido era presumido que eu realizava uma pesquisa etnográfica. Todavia, no que diz respeito ao TEA, eu estava tratando sobre o meu diagnóstico e as minhas vivências, por esse lado estaria fazendo uma pesquisa autoetnográfica? No primeiro caso, meu trabalho estava abalado, no segundo, disposto.

Para sanar esses obstáculos, recorri a teoria de ambos os métodos. Para a pesquisa autoetnográfica analisei a tese de Anahí Guedes de Mello (2019) “Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue”, o qual a antropóloga discorre sobre a sua deficiência auditiva, realizando uma paráfrase com os trabalhos de Donna Haraway (2009). Em sua tese de doutorado, Mello (2019) faz referência do seu aparelho auditivo com a definição de Haraway (2009) sobre a terminologia “ciborgue”: “um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção” (HARAWAY, 2009, p. 36).

Assim, a antropóloga teoriza e aplica a *autoetnografia ciborgue*. Com base em sua pesquisa de campo, Mello (2009) define que seu trabalho se refere a uma autoetnografia, por tratar de sua experiência em campo enquanto uma mulher surda. Desse modo, me via contemplada por essa

teoria, visto que, minha pesquisa se tratava da minha vivência e minha perspectiva de uma etnógrafa diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista – nível 1 de suporte.

Contudo, para a antropóloga Ana Clara Damásio (2022), que pesquisava sobre as suas parentes interlocutoras em Canto do Buriti (PI), trazendo análises sobre as suas trajetórias de vida e sobre processos do curso da vida, a sua pesquisa se tratava de uma etnografia. Inclusive Damásio (2022), foi muito questionada sobre o seu posicionamento, precisando redigir um artigo “Isso não é uma autoetnografia!”, por sempre ser invalidada por pareceristas ao enviar trabalhos sobre o seu campo e receber avaliações no seguinte sentido: “O que você faz é uma autoetnografia!” (Damásio, 2022, p. 03). Em minhas análises, eu também concordava com o posicionamento de Damásio e percebia que minha pesquisa também se adequava a etnografia.

Em meio aos meus questionamentos, meu orientador me instruiu a levar essas ponderações a banca de qualificação, visto que, não havíamos encontrado uma solução. Foi então que o professor Dr. Camilo Braz¹² esclareceu minhas indecisões. De acordo com ele, a minha pesquisa era única da minha experiência em campo e das minhas vivências enquanto uma pessoa autista. Logo, eu faria uma *etnografia autista*, com isso, percebo que não faço pesquisa apesar de ser autista, mas sim, realizei uma etnografia sendo uma socióloga/antropóloga sendo uma pessoa autista.

Contudo, havia mais um incômodo, como conectar as duas temáticas aparentemente distintas? Foi quando eu tive um *insight* que tanto na cena da Cultura de Baile, quanto nas relações que desenvolvi com minhas interlocutoras havia o enredo do acolhimento. A Cultura de Baile se desenvolve como ponto de acolhimento a pessoas LGBTQIAPN+, conforme desenvolve Icaro Ribeiro da Silva (2022), por meio de seu trabalho “Narrativas de bixas e travestis pretas: teorias e a Cultura de Baile na Grande Goiânia”:

Surge no Harlem [Nova Iorque, Estados Unidos], onde esses sujeitos organizavam *balls*. Uma mescla de competição e festa, onde os candidatos caminhavam em categorias de moda, beleza e performance. E além das *balls* havia as *houses*, famílias constituídas por vínculos afetivos que foram elaboradas como espaço de acolhimento para jovens. Houve um processo de expansão que possibilitou a chegada da Cultura *ballroom* em território goianiense. A pauta social ainda existe e resiste de forma intensa nos espaços onde a Cultura se manifesta. Sendo palco destes corpos interseccionados e de sujeitos que não correspondem às expectativas da heterossexualidade e binariedade de gênero. (SILVA, 2022, p.14)

¹² Agradeço ao professor pelas contribuições em minha dissertação e pelo privilégio de ser sua estagiária docente no mestrado em Sociologia e no doutorado em Antropologia Social.

De maneira semelhante, como uma pessoa neurodivergente, também senti o acolhimento por parte das minhas interlocutoras, que realizaram assim, como integrantes da Cultura de Baile, um duplo acolhimento para o meu caso. Durante a minha pesquisa de campo, tive crises sensoriais, por conta dos inúmeros estímulos sensoriais do local, vivenciei inúmeros questionamentos sobre a minha sexualidade e identidade de gênero, fui diagnosticada com TEA, dentre outras questões. Em cada uma dessas situações, a Andreia esteve ao meu lado, não como interlocutora, mas como amiga, visto que a nossa relação se transformou ao longo do campo.

Por isso, vejo que a minha posição de permitir “ser afetada” e não esconder as minhas vulnerabilidades às minhas interlocutoras ou na minha dissertação, me permitiu trilhar caminhos antes não vislumbrados em pesquisas de campo de etnógrafos autistas. Conforme a antropóloga Suzane de Alencar Vieira discorre em seu artigo “Força e Vulnerabilidade: lições de etnografia e de feitiçaria de Jeanne Favret-Saada”:

Ser afetado/a envolve um processo de entrecaptura segundo o qual a/o etnógrafa/o é capturada/o por práticas e forças que a/o atravessam durante a experiência de campo que, posteriormente, serão capturadas ou apropriadas por ela/ele como vetor de criatividade e de renovação de conceitos, pressupostos, concepções e práticas que medeiam a pesquisa. (VIEIRA, 2021, p. 12)

Assim como fui atravessada pela experiência de campo, a minha vivência foi modificada após as redes de contato, os diálogos e questionamentos que experimentei na Cultura de Baile, na cidade de Goiânia, capital do Estado de Goiás. Me recordo com muito carinho de uma fala do professor Dr. Camilo Braz: Não é possível sair do campo da mesma forma que entramos e é exatamente o sentimento que carrego após a minha pesquisa de campo.

Para finalizar, trago a última conversa que tive com minha interlocutora Andreia, no final do ano de 2024. Na época, eu já havia terminado o meu mestrado em Sociologia e estava cursando o Doutorado em Antropologia Social na UFG. Em nossa conversa, eu estava relatando as mudanças que ocorreram na minha vida e a minha saída do armário como uma pessoa LGBT. Com a sensibilidade que somente a Andreia possui, ela proferiu a seguinte frase: “Fico feliz por você, amiga e é um prazer te conhecer novamente!”

Essa frase me marcou profundamente, visto que, com a minha pesquisa de campo, estabeleci redes de afeto que me marcaram e vivenciam comigo as minhas conquistas e resoluções de conflitos que me “assombravam” há anos. Entre essas redes, está a Andreia que entre os desafios de uma pesquisa de campo, me apresentou seu cuidado e apoio para comigo, uma pesquisadora autista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No encerramento deste artigo, quero expressar a minha gratidão com as minhas interlocutoras de campo. O suporte que recebi na Cultura de Baile em meio às crises sensoriais, *shutdowns*, *meltdowns* e vulnerabilidades, tornaram a minha pesquisa exequível. Logo, não há uma maneira de realizar uma etnografia, não existem manuais ou regras de conduta que devem ser seguidas rigorosamente. Seria autoritário e presunçoso de minha parte propor métodos e técnicas inflexíveis para o desenvolvimento de etnografia. Me arrisco a sugerir uma única recomendação: que novas/os pesquisadoras/es se deixem afetar pela pesquisa, com a simplicidade e honestidade para “deixar o campo falar”.

REFERÊNCIAS

- ABU-LUGHOD, Lila. **A escrita contra a cultura**. Equatorial, v. 5, n. 8, jan/jun 2018.
- DAMÁSIO, Ana Clara. **Isso não é uma autoetnografia!**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, p. 1-14, 2022. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/46479>. Acesso em: 18 ago. 2023.
- FAVRET-SAADA, Jeanne; SIQUEIRA, Paula. **“Ser afetado”**, de Jeanne Favret-Saada. Cadernos de Campo (São Paulo-1991), v. 13, n. 13, p. 155-161, 2005.
- HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue**. Antropologia do ciborgue. Belo Horizonte: Autêntica, p. 33-118, 2000.
- JANUÁRIO, Brendaly Santos de Freitas. **Entre Mães, Filhas, Casas e Autismo**: uma etnografia autista da cena da Cultura de Baile/Ballroom em Goiânia/GO, sob o olhar de uma socióloga no Espectro Autista. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/items/a6ae2c13-0f10-41f5-ac65-e0ac10c4efbc>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- MELLO, Anahí Guedes de. **Olhar, (não) ouvir, escrever**: uma autoetnografia ciborgue. Tese de Doutorado em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/215355/PASO0498-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 03 ago. 2023.
- SILVA, Icaro Ribeiro. Narrativas de bixas e travestis pretas: teorias e a cultura de baile na grande Goiânia. 2022. 143 f. Dissertação (Mestrado em Performances Culturais) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022. Disponível em: <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12129>. Acesso em: 08 jun. 2023.
- VIEIRA, Suzane de Alencar. **Força e vulnerabilidade**: lições de etnografia e feitiçaria na obra de Jeanne Favret-Saada. MANA (RIO DE JANEIRO. ONLINE), v. 27, p. 1-26, 2021.

**QUALIDADE DE VIDA NO CURSO DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (2017-2022):**
problematizando a desigualdade de gênero¹

**QUALITY OF LIFE IN THE LAW PROGRAM AT THE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (2017-2022):**
problematizing gender inequality

Fabiane Santana Previtali²
João Pedro Ribeiro Carrijo³

Resumo

O artigo teve como objetivo analisar a relação entre o perfil e a qualidade de vida dos/as estudantes do curso de graduação em Direito da Universidade Federal de Uberlândia, no período de 2017 a 2022, num contexto marcado pelas exigências de qualificação profissional, porém sob relações laborais flexíveis e precarizadas. A ênfase recai sobre as relações de gênero histórico-socialmente constituídas e como elas condicionam a qualidade de vida dos/as estudantes. A pesquisa coloca-se na perspectiva do materialismo histórico-dialético e da teoria social crítica. Trata-se de um estudo descritivo, explicativo, transversal,

¹ Pesquisa desenvolvida com apoio financeiro do CNPq para PIBIC por meio do EDITAL DIRPE N° 6/2022.

² Doutora em Ciências Sociais. Pós-doutora (Universidade Nova de Lisboa - UNL/Portugal, 2014, apoio Capes). Pós-doutora (Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP). Professora titular no INCIS/UFU. Membro do Programa de Pós-Graduação em Educação - FACED/UFU e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - INCIS/UFU. Membro do Núcleo de Pesquisas em Ciências Sociais - NUPECS/UFU. Coordenadora o Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade - GPTES/UFU. Membro do HISTEDBR, GT Trabalho, Educação e Formação Humana (PPGED/UFU) e do Grupo de Pesquisa Metamorfoses do Mundo do Trabalho (IFCH/Unicamp). Investigadora no Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa - IHC/UNL, Grupo de Pesquisa História Global do Trabalho e dos Conflitos Sociais. Coordenadora da equipe de investigadores brasileiros no âmbito do Protocolo de Cooperação Científica entre o Instituto de História Contemporânea, Universidade Nova de Lisboa (IHC/UNL) e a UFU, junto ao PPGED/UFU, e ao INCIS/UFU. Autora de "O Controle do Trabalho no Contexto da Reestruturação Produtiva do Capital" (CRV, 2011), organizadora da coletânea Reestruturação Produtiva, Trabalho e Alienação (Xamã, 2013). Tem artigos publicados em periódicos nacionais e estrangeiros. Membro do Comitê Editorial da Navegando Editores. Tem experiência na área de Sociologia, com ênfase em Sociologia do Trabalho e Sociologia da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: reestruturação produtiva, trabalho, educação. Pesquisadora CNPq/PQ e Fapemig/PPM.

³ Estudante de graduação em Direito na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Uberlândia (FADIR-UFU) (2020-2025). Ensino Médio completo no Colégio Nacional em Uberlândia - MG (2016). Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito e Ciências Sociais (Sociologia do Trabalho). É membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Educação e Sociedade (GPTES) da Universidade Federal de Uberlândia, coordenado pela Profa. Dra. Fabiane Santana Previtali. Foi bolsista de PIBIC/CNPq; projeto intitulado "Qualidade de Vida dos Estudantes do Curso de Graduação em Direito da Universidade Federal de Uberlândia" submetido para o edital EDITAL N 6/2022 PIBIC-CNPq na área de Ciências Sociais Aplicadas. Foi bolsista PIBIC/CNPq; projeto intitulado "Indústria 4.0 e trabalho digital com qualificação profissional em nível superior: o trabalho docente na educação básica em Minas Gerais numa abordagem nacional e internacional" submetido para o edital EDITAL DIRPE N 2/2023 - PIBIC na área de Ciências Humanas. É bolsista PIBIC/CNPq; projeto intitulado "Qualidade de vida dos trabalhadores do Hospital de Clínicas da Universidade Federal de Uberlândia" submetido para o edital EDITAL DIRPE N° 1/2024 - PIBIC na área de Ciências Sociais Aplicadas.

qualitativo-quantitativo. Para pesquisa de campo foi utilizado um questionário sociodemográfico elaborado pelos autores, e, para avaliação da qualidade de vida, o WHOQOL-bref. Os resultados apontam para diferenças significativas na qualidade de vida entre os estudantes de Direito do gênero masculino e feminino.

Palavras-chave: Qualidade de vida; Gênero; Trabalho; Direito.

Abstract

The presence of deaf people in spaces of cultural promotion reaches subjective, linguistic and political complexities; which, in this case, have made up my experiences in Fortaleza. With this, I share an action-research project carried out at the Pinacoteca do CE in order to reflect on how social markers of difference such as disability, language, class and race are activated and intersected with the marker of deafness. I also consider that there is a diversity and peculiarities that distinguish deaf people from other groups of people with disabilities - as well as within the group of deaf people itself, which are the use of a language legitimized by law, the re-signification of disability as an identity mark and the struggle for recognition of their own culture motivated by these two previous elements. Having said that, here I discuss how sign language is articulated with cultural aspects of institutions based on the presence of deaf people in them and the markers they carry.

Keywords: Quality of life; Gender; Work; Law

INTRODUÇÃO

Vivencia-se atualmente, sob as políticas neoliberais e o avanço tecnológico no bojo da Indústria 4.0 uma nova estrutura do mercado de trabalho, mais heterogênea e precarizada, marcada pela flexibilização das relações laborais, concernentes à contratos temporários e intermitentes, uberizados e pejotizados em um contexto de perda de direitos via reformas trabalhistas e de seguridade social, impactando significativamente na qualidade de vida da classe trabalhadora.

O que se observa atualmente no mundo do trabalho “mundializado” e, particularmente, no Brasil, especialmente a partir da Reforma Trabalhista do governo Temer (2016-2018), por intermédio da Lei 13.467/2017, é que o fenômeno da precariedade laboral, envolvendo relações laborais flexíveis, intermitentes e desprovidas de direitos (ANTUNES, 2018) não está restrito às profissões mais desqualificadas ou manuais, mas se estendeu àquelas qualificadas em nível superior (HARVEY, 2011; ANTUNES, 2018; ALBERTI et al., 2018). Confirmam-se aqui as teses de Braverman (1981) acerca da crescente proletarização e precarização das condições de vida da classe trabalhadora, atingindo os extratos mais qualificados, de formação profissional em nível superior.

O mundo do trabalho é foco de interesse para estudiosos desde as origens da sociologia (DUBAR, 2005). Além disso, principalmente desde as últimas décadas do século XX, ocorrem

metamorfoses no campo laboral, que, decorrente das necessidades do processo de reestruturação produtiva do capital para perpetuar-se, o conhecimento técnico-científico e a profissionalização passaram a ser cada vez mais exigidos dos trabalhadores (BRAVERMAN, 1981; KANAN, ARRUDA, 2013). Porém, em oposição à ideia de que o capitalismo “aboliu” o trabalho, por conta da transição da predominância do trabalho manual para o intelectual, Antunes (1999) defende que as relações laborais se tornaram não só fragmentadas, mas, também, mais precarizadas.

Se os/as jovens têm buscado cada mais a educação superior para uma melhor inserção nesse novo mundo do trabalho, é preciso considerar que a escolha do curso, ou mesmo a instituição, se pública ou privada, ao contrário de ser pautada apenas pela vocação do sujeito, é uma escolha socialmente condicionada à origem social, ao gênero e à raça/etnia, mesmo que isso não ocorra de forma totalmente consciente (NONATO, 2018). Rego e Previtali (2023) observam maior presença de mulheres do que homens em cursos de licenciaturas e apontam para uma divisão sexista dos cursos em nível superior.

O Curso Superior em Direito não está alheio a esse cenário. É um curso de significativo prestígio social, bastante tradicional e de alta procura, tendo em vista as oportunidades de trabalho, relacionadas à prestação de serviços, setor esse em expansão, e às possibilidades de concursos na esfera pública. Os/as estudantes do curso vivenciam no seu cotidiano as mutações de um mercado de trabalho flexível e mediado pelas tecnologias digitais, o que impacta sua qualidade de vida. Beck et al. (1995) demonstram que esses profissionais apresentam 15 vezes mais taxas de ansiedade e depressão em relação ao resto da população economicamente ativa. Essa situação agrava-se conforme avança a precarização das relações de trabalho, que se encontram cada vez mais individualizadas e invisibilizadas, suprimindo a divisão entre o tempo de vida dentro e fora do trabalho, que, por sua vez, culmina no que Antunes (2018) chama de “escravidão moderna”.

O artigo teve como objetivo analisar a relação entre o perfil e a qualidade de vida dos/as estudantes do curso de graduação em Direito da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no período de 2017 a 2022, num contexto marcado pelas exigências de qualificação profissional, porém sob relações laborais flexíveis e precarizadas no bojo da vigência da Reforma Trabalhista Lei n. 13.467/2017. A ênfase recai sobre as relações de gênero histórico-socialmente constituídas e como elas condicionam a qualidade de vida dos/as estudantes. A pesquisa coloca-se na perspectiva do materialismo histórico-dialético e da teoria social crítica. Trata-se de um estudo descritivo, explicativo, transversal, qualitativo e quantitativo. Para pesquisa de campo foi utilizado um questionário sociodemográfico elaborado pelos autores, e, para avaliação da qualidade de vida, o WHOQOL-bref. Considerou-se que o curso, como campo de formação de profissionais em nível

superior, apresenta e reproduz as desigualdades de gênero que marcam a sociedade de classes brasileira. Os resultados apontam para diferenças significativas na qualidade de vida entre os estudantes de Direito do gênero masculino e feminino.

Portanto, a transformação do mercado de trabalho sob políticas neoliberais e o surgimento e desenvolvimento da Indústria 4.0, resulta em uma classe trabalhadora mais heterogênea e precarizada. Ademais, a flexibilização das relações laborais, com contratos temporários e intermitentes, além da uberização e pejotização, acompanhada pela perda de direitos por meio da Reforma Trabalhista, impacta significativamente a qualidade de vida dos trabalhadores.

Além disso, a precariedade não se limita a profissões desqualificadas, alcançando também aquelas de nível superior, como é o caso dos profissionais do meio jurídico. No contexto do curso de Direito, historicamente considerado prestigiado e tradicional, os estudantes vêm enfrentando as mutações que ocorrem no mundo do trabalho, que impactam na sua qualidade de vida.

O artigo está estruturado em 4 seções, incluindo-se esta Introdução. Na seção 2 é apresentada a metodologia de investigação, na seção 3 são discutidos e analisados os resultados da pesquisa realizada e, por fim, na seção 4 apresenta-se a conclusão com a síntese geral do artigo.

METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo e explicativo, transversal de abordagem qualitativa e quantitativa, com análise de dados sociodemográficos à fim de caracterizar o perfil dos/as estudantes e de sua qualidade de vida. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a qualidade de vida é baseada na percepção do indivíduo em relação a si, no contexto cultural em que está inserido e o conjunto de crenças sob os quais ele vive, suas expectativas e preocupações (SAUPE *et al.*, 2004). Desse modo, a qualidade de vida não é um conceito universal, pois depende da percepção subjetiva do indivíduo em relação à sua vida. Ao mesmo tempo, em seu sentido mais abrangente, a qualidade de vida é condicionada por condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer e saúde. Portanto, a qualidade de vida é resultante das formas de organização social da produção e reprodução da vida sob determinadas condições histórico-sociais.

Diante disso, a OMS desenvolveu um instrumento internacional para avaliar a qualidade de vida: WHOQOL-100 (questionário composto por 100 itens) e WHOQOL-bref, que é a sua versão abreviada. No que tange aos domínios avaliados, são eles: Domínio Saúde Física, Domínio Psicológico, Domínio Relações Sociais e Domínio Ambiente.

Foram elegíveis para o estudo todos os estudantes maiores de 18 (dezoito) anos matriculados no curso de graduação em Direito (matutino e noturno) da Universidade, que iniciaram o curso entre o segundo semestre de 2017 e o segundo semestre de 2022 (n=930 estudantes). Foram excluídos os estudantes que não concordaram com a assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido para participação no estudo.

Para coleta e análise dos dados sociodemográficos foi utilizado um questionário elaborado pelos autores do estudo, contendo as seguintes variáveis: idade, sexo, cor/raça, turno matriculado do curso, semestre de ingresso no curso, estado civil, cidade de origem, instituição onde cursou a Educação Básica (ensino fundamental e médio), se pública ou privada, atividade laboral, doenças e atividade de ensino superior.

Para avaliação da qualidade de vida dos estudantes foi utilizada a versão em português do WHOQOL-bref (*World Health Organization Quality of Life Questionnaire – bref*), a versão abreviada do WHOQOL-100, desenvolvido no Departamento de Psiquiatria e Medicina Legal da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil (FLECK, LEAL, LOUZADA *et al.*, 1999). O WHOQOL-bref apresenta itens agrupados em 4 domínios: Saúde física, Psicológico, Relações Sociais e Ambiente. As respostas são obtidas em escala Likert de 5 pontos e escores são transformados em escala de 0 (pior qualidade de vida) a 100 (melhor qualidade de vida).

O diagnóstico de qualidade de vida utilizando o WHOQOL-BREF foi obtido pela análise da pontuação dos domínios e da pontuação global. A pontuação dos domínios foi obtida através da média das questões de cada domínio multiplicado por quatro, obtendo um resultado entre 4-20. (FLECK *et al.*, 2000; WHOQOL Group, 1998)

As variáveis categóricas foram descritas através de frequência absoluta e percentual, já as variáveis numéricas foram apresentadas como média e desvio padrão. Na avaliação da relação entre qualidade de vida e variáveis sociodemográficas nominais, foi implementado o Teste t de student (FIELD, 2011).

Em todos os testes desenvolvidos foi adotado o nível de 5% de significância. Os dados foram coletados através da plataforma REDCap e tabulados através do software Microsoft Excel 365 e analisados através do IBM SPSS Statistics v28.0.1.

Foram preenchidos 58 questionários (29 com respostas completas e 29 com respostas parciais) entre 2022 e 2023. Três questionários com respostas parciais foram incluídos no estudo por apresentarem mais de 80% das respostas preenchidas, totalizando 32 respostas. Destas, 10 eram de estudantes do turno matutino e 22 eram estudantes do turno noturno. Estudantes de todos

os períodos do curso de Direito matutino e noturno preencheram o questionário, exceto estudantes do nono período do curso de Direito matutino.

QUANDO O GÊNERO REVELA A QUALIDADE DE VIDA: CONSIDERAÇÕES SOBRE OS/AS ESTUDANTES DO CURSO DE DIREITO DA UNIVERSIDADE

A Tabela 1 apresenta a descrição do perfil dos/as estudantes do curso de Direito da Universidade e a comparação das variáveis demográficas dos estudantes dos turnos matutino e noturno do curso de Direito.

Tabela 1 - Descrição e comparação das variáveis demográficas dos estudantes dos turnos matutino e noturno do curso de Direito da Universidade, 2023

Variável	Estudantes do turno	Estudantes do turno	<i>p</i> **
	matutino*	noturno*	
Gênero			
Masculino	1/10 (10%)	7/22 (32%)	
Feminino	9/10 (90%)	15/22 (68%)	
Cor/raça			
Branco	9/10 (90%)	12/22 (55%)	
Preto	1/10 (10%)	4/22 (18%)	
Pardo	0/10 (0%)	6/22 (27%)	
Idade média em anos (DP)	28,4 ($\pm 11,98$)	22,86 ($\pm 6,00$)	0,089
Estado civil			
Casado/Coabitado	4/10 (40%)	3/22 (14%)	
Solteiro	6/10 (60%)	19/22 (86%)	
Cidade de origem			
A mesma da Universidade	5/10 (50%)	12/22 (55%)	
Outros municípios	5/10 (50%)	10/22 (45%)	
Instituição de ensino médio de origem			
Privada	7/10 (70%)	7/22 (32%)	
Pública	3/10 (30%)	15/22 (68%)	
Atividade laboral			
Sim	5/10 (50%)	14/22 (64%)	
Não	5/10 (50%)	8/22 (36%)	

¹ n / N (%); Média (\pm SD); ** $p < 0,05$ – Fonte: Elaboração própria.

A partir da Tabela 1, é possível constatar que as mulheres são a maioria entre os estudantes, tanto do turno matutino quanto do noturno, ainda que no último o número de homens seja maior do que no primeiro. Esse dado está de acordo com o Censo da Educação Superior de 2020, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2022), que identificou o público feminino como a maioria no Ensino Superior brasileiro.

De modo geral, as mulheres chegam a ultrapassar o número de homens no ensino superior, conforme Ministério da Educação (MEC) (BRASIL, 2022), porém sob relações de gênero histórica e socialmente reproduzidas e que demarcam o lugar da mulher na sociedade de classes (Previtali; Fagiani, 2022). Autoras como Linhart (2007), Hirata e Kergoat (2007), Abreu *et al* (2016) e Huws (2017) argumentam que nos campos de trabalho mais profissionalizados existem desafios e dificuldades para as mulheres, como é o caso dos hiatos salariais de gênero e da limitação para esse grupo aos cargos de decisão nas empresas e que esse fenômeno está vinculado à divisão sexual do trabalho, que traz consigo a diferenciação e hierarquização das atividades a partir de um sistema de gênero. Conforme Hirata e Kergoat (2007, p. 596), a divisão sexual do trabalho compreende “a distribuição diferencial entre homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à divisão desigual do trabalho doméstico entre os sexos”.

A Tabela 1 também demonstra que há uma maior quantidade de estudantes que se autodeclararam brancos no curso de Direito. Assim, de um total de 32 respostas analisadas, em termos proporcionais, o turno matutino é constituído por uma maioria branca (9 estudantes); enquanto, no noturno, por mais que essa cor/raça ainda seja a maioria (12), existe um maior número de alunos autodeclarados pretos e pardos quando se compara com o outro turno (10). Desse modo, ainda que, segundo dados do IBGE (BRASIL, 2020), a população brasileira seja majoritariamente composta por pessoas negras - isto é, pela soma dos que se autodeclararam pretos/as e pardos/as -, no ensino superior esse grupo permanece como minoria. O curso de Direito da Universidade parece refletir essa realidade brasileira, isto é, da desigualdade racial quanto a inserção de pretos e pardos nos níveis mais elevados de educação no país. A esse respeito, Nierotka e Trevisol (2016) afirmam que a universidade brasileira tem cor e, apesar do Brasil ser um país de maioria preta, as Instituições de Ensino Superior têm sido ocupadas pela elite branca, contribuindo para manter, reproduzir e recriar desigualdades.

A Tabela 1 mostra ainda que, no período noturno do curso de Direito, no geral, há uma presença maior de alunos oriundos tanto da Educação Básica pública (15 indivíduos) quanto autodeclarados pretos e pardos (10). Em contrapartida, o perfil dos estudantes do turno matutino é constituído, predominantemente, tanto por aqueles que estudaram em instituições de ensino privadas (7 alunos) quanto autodeclarados brancos (9). Esses dados indicam que, provavelmente aqueles que frequentam o período noturno do curso de graduação em Direito da Universidade pertencem aos segmentos mais vulneráveis da classe trabalhadora, enquanto os estudantes do turno matutino tendem a ser oriundos de um contexto socioeconômico de maior segurança e estabilidade, que lhes permita estudar sem necessariamente trabalhar ao mesmo tempo.

Já a Tabela 2 apresenta a autoavaliação da qualidade de vida dos estudantes dos gêneros masculinos e femininos do curso de graduação em Direito da Universidade. A partir da análise comparativa das médias e desvio-padrão dos escores obtidos nos quatro domínios analisados do World Health Organization Quality of Life – Brief Form (Whoqol-bref).

Tabela 2

Comparação das médias e desvio-padrão dos escores dos domínios do *World Health Organization Quality of Life – Brief Form* (Whoqol-bref) entre estudantes do gênero masculino e feminino do curso de Direito da Universidade, 2023

Domínios	Estudantes do gênero	Estudantes do gênero	<i>p</i> **
	masculino*	feminino*	
Físico	67,86 ($\pm 16,20\%$)	51,19 ($\pm 13,06\%$)	0,008
Psíquico	65,10 ($\pm 12,39\%$)	46,35 ($\pm 20,28\%$)	0,020
Relações sociais	60,42 ($\pm 16,52\%$)	57,64 ($\pm 27,13\%$)	
Meio ambiente	73,44 ($\pm 10,95\%$)	57,81 ($\pm 21,87\%$)	

*Média ($\pm SD$); ** $p < 0,05$ – Fonte: Elaboração própria.

Conforme a Tabela 2, pode-se constatar que houve diferenças estatisticamente significativas entre os estudantes do gênero masculino e feminino em relação à qualidade de vida, quando se compara as médias e desvio-padrão dos escores quanto aos domínios/variáveis utilizados, quais sejam: físico, psíquico, relações sociais e meio ambiente. Pode observar que os homens apresentaram melhores escores em todos os domínios quando comparados com as mulheres, em especial no aspecto “físico” e “psíquico”, já que nesses foram apresentadas diferenças estatisticamente significativas de um sexo para o outro.

Pesquisas relacionadas com estudantes da educação superior na perspectiva do gênero apresentaram resultados semelhantes. Com relação aos aspectos psíquicos, em revisão sistemática realizada entre os estudantes de graduação em medicina, Dyrbye *et al* (2006), identificaram que o estresse psicológico pode ser maior entre as alunas do gênero feminino. Do mesmo modo, um trabalho realizado por Perotta *et al* (2021), procurou estudar o impacto da qualidade do sono, sonolência diurna e privação desse em estudantes de graduação em medicina. Nesta pesquisa, a porcentagem de estudantes do gênero feminino que apresentaram valores de ESS (Epworth Sleepiness Scale – ESS) alto ou muito alto foi significativamente maior do que aqueles do gênero masculino ($p < 0,05$). Os alunos com pontuações ESS mais baixas apresentaram escores significativamente maiores de qualidade de vida e percepção do ambiente educacional e escores mais baixos de sintomas de depressão e ansiedade, e essas relações mostraram um padrão dose-efeito.

Para compreender o porquê de a autopercepção do gênero feminino ser pior do que a do masculino, Bourdieu (2003) argumenta que existem mecanismos históricos responsáveis pela perpetuação das estruturas da divisão sexual e de suas implicações na subjetividade do gênero feminino. Essas determinações são produtos de um processo de reprodução de valores por meio de instituições interligadas (igrejas, escolas, família, mídia e outros). Aquilo que aparece como algo natural, eterno e perene, na realidade, pertence à esfera da história e das relações estabelecidas entre os sexos. Assim, é necessário entender a imposição de um gênero sobre o outro como um processo histórico e político.

Para Bourdieu (2003), a dominação masculina é, em parte, resultado fenomênico da violência simbólica, quando a opressão é invisível e insensível às próprias vítimas, sendo imposta por meios simbólicos do conhecimento e da comunicação, além de ocultar as reais condições das relações entre os sexos. Nesse sentido, por mais que a condição de dominação e exploração do gênero masculino sobre o feminino se dê, em alguns casos, de forma tácita, essa violência está subentendida na dinâmica das relações histórico-sociais entre os sexos na sociedade de classes e podem condicionar as percepções subjetivas que as mulheres têm de si mesmas, levando à naturalização dessas relações sociais.

De acordo com Huws (2017), em razão das tensões advindas do mundo do trabalho e do sistema de poder baseado no gênero operado no universo laboral (como é o caso, por exemplo, dos assédios morais e físicos ocorridos nesses ambientes), a qualidade de vida das mulheres é piorada significativamente; além disso, naqueles setores em que a força de trabalho masculina é ainda mais predominante, como é o caso do Direito, as agressões e abusos tendem a serem mais

intensas. Somado a isso, muitas delas, em geral, são responsáveis pela dupla jornada de trabalho (combinação do trabalho exercido de forma assalariada com aquele realizado no âmbito doméstico, não remunerado). Por isso, a autora argumenta da importância de transformar as relações nas quais a sociedade está baseada, para que se criem ambientes em que o bem-estar das mulheres esteja resguardado.

Para concluir a seção, a Tabela 1 revelou que, embora as mulheres sejam maioria tanto no turno matutino quanto no noturno do curso de Direito, a discrepância é maior no primeiro turno. Essa tendência é consistente com dados do Censo da Educação Superior de 2020, indicando a predominância feminina no Ensino Superior brasileiro. No entanto, essa maioria feminina no ensino superior é contextualizada por relações de gênero historicamente reproduzidas, destacando desafios para mulheres em campos profissionalizados, conforme autores como Linhart (2007), Hirata; Kergoat (2007), Abreu *et al* (2016) e Huws (2017). A tabela também evidencia a disparidade racial, com mais estudantes autodeclarados brancos, especialmente no turno matutino, refletindo a desigualdade racial no acesso ao ensino superior. O perfil socioeconômico dos estudantes do turno noturno sugere uma presença maior de alunos oriundos da Educação Básica pública e autodeclarados pretos e pardos, indicando uma possível vulnerabilidade econômica.

Por fim, a Tabela 2 demonstrou, portanto, diferenças estatisticamente significativas entre estudantes do gênero masculino e feminino em relação à qualidade de vida, nos domínios físico, psíquico, relações sociais e meio ambiente. Isto é, os estudantes alunos do gênero masculino apresentaram pontuações superiores em todos os domínios, destacando-se nos aspectos físico e psíquico, onde as diferenças são estatisticamente significantes. Essas disparidades são corroboradas por estudos anteriores, como os de Dyrbye *et al* (2006) e Perotta *et al* (2021), que apontam para maior estresse psicológico entre mulheres. Além disso, Huws (2017) destaca que as tensões no mundo do trabalho, especialmente em setores masculinizados como o Direito, impactam negativamente a qualidade de vida das mulheres, agravadas pela dupla jornada de trabalho.

CONCLUSÃO

O presente trabalho problematiza a relação entre o perfil dos/as estudantes do curso de graduação em Direito de uma universidade pública, que ingressaram no período de 2017 à 2022 e da sua qualidade de vida, num contexto laboral marcado pela vigência da Reforma Trabalhista. Assim os/as jovens advogados/as vão exercer a profissão em mundo do trabalho exigente de mais qualificação profissional, porém sob maiores níveis de instabilidade e precarização.

A pesquisa realizada demonstrou que as mulheres são a maioria no curso, tal como é apontado pelo Censo da Educação Superior 2020, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Ministério da Educação (MEC) (Brasil, 2022), que identificou o público feminino como a maioria no Ensino Superior brasileiro.

Através do presente estudo foi possível relacionar as variáveis sociodemográficas, que indicam o perfil do estudante, à sua qualidade de vida compreendendo esta como a autopercepção de si mesmo sob condicionantes histórico-sociais que incluem as relações de classe, transversalizada pelas relações de gênero, assim como de raça/etnia no seio da sociabilidade sob a vigência do capital.

Dito isso, no que concerne à diferença da autopercepção da qualidade de vida entre os gêneros, esta pesquisa constatou que os estudantes do sexo masculino obtiveram melhores pontuações em todos os escores quando comparados com as mulheres. Esses dados encontrados corroboram com outras pesquisas realizadas que apontam que, em se tratando da qualidade de vida, as mulheres afirmam estarem insatisfeitas fisicamente, psicologicamente, em relação ao ambiente em que vivem e as relações sociais que estabelecem.

Dessa maneira, para se analisar esse fenômeno social é importante problematizar-se o aspecto de naturalização, normalização e senso comum que permeia a sociedade para, então, poder compreender de maneira crítica aquilo que está longe de ser eterno e perene (Bourdieu, 2003). Para Bourdieu (2003), a realidade pertence à esfera da história e das relações sociais estabelecidas entre os sexos e assim, é necessário entender a imposição de um gênero sobre o outro como um processo histórico e político.

Nesse sentido, já na década de 1970, Braverman (1981) chamava atenção para o fato de que as mulheres, geralmente, são sub-remuneradas, recebem menos salários que os homens (mesmo quando esses ocupam as mesmas funções). Além disso, Huws (2017) reitera que as mulheres ainda, no geral, ocupam, nas empresas, os cargos que não estão relacionados à tomada de decisões e lideranças; por mais que, no Brasil, por exemplo, as mulheres sejam a maioria tanto quando se analisa a população brasileira no geral quanto no ambiente acadêmico (IBGE, 2021).

Ainda no contexto de gênero, é preciso desconstruir a ideia de que o sofrimento gerado pela condição do sexo feminino seja fruto de alguma culpa ou incapacidade individual, mas, sim, da perversidade do sistema social, econômico e político. Por isso da importância de repensar e analisar as relações e contextos do gênero, a fim de que se compreenda a situação desumanizante sofrida por essa população em âmbito sistêmico.

No que concerne à análise étnico-racial, os dados encontrados por esta pesquisa em relação à qualidade de vida dos estudantes de cada um dos turnos, revelam como as condições socioeconômicas e étnico-raciais interferem diretamente na autopercepção da qualidade de vida dos próprios. Nesse sentido, os estudantes do período da manhã, que são também aquelas oriundos de estratos mais privilegiados, apresentam pontuações melhores em todos os domínios, com exceção do domínio psíquico. Em contrapartida, os estudantes do turno noturno, considerando-se os dados do perfil socioeconômico da pesquisa, apresentaram escores piores praticamente em todos os domínios.

Entretanto, a presente pesquisa comprehende que a precarização atinge, também, mesmo que em grau menor, a população trabalhadora branca. Nessa perspectiva, Braverman (1981) aponta para a tendência de que esse grupo, também, vem sofrendo cada vez mais com o processo de precarização. Contudo, ainda assim, os trabalhadores não-brancos constituem o estrato mais subremunerado, marginalizado, pauperizado e desempregado da classe trabalhadora (Braverman, 1981).

Por fim, as limitações do estudo estão relacionadas às perdas de participantes que não aceitaram participar da pesquisa ou preencheram parcialmente o questionário, gerando viés de participação. Além disso, o viés de memória e de desejabilidade social, possivelmente pode ter contribuído para algumas respostas relacionadas a qualidade de vida e os seus domínios. É importante que novos estudos longitudinais e qualitativos sejam realizados para melhor compreender as causas e fatores relacionados a qualidade de vida na perspectiva do gênero, aprofundando o debate acerca dessa temática.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. R. de P.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

ALBERTI, G. *et al.* "Against and Beyond Precarity: Work in Insecure Times". Work, **Employment and Society**, v. 32, n. 3, p. 447– 457. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0950017018762088>.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

BECK, J. S. **Cognitive Therapy: basics and beyond**. New York: The Guilford Press, 1995.

BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2020. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 24 maio 2023.

BRASIL. IBGE, 2021. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/mapa>. Acesso em: 06 jul. 2023.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas Educacional Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar. 1981.

DUBAR, C. **A socialização**. Construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

DYRBYE, L. N. *et al.* "Systematic Review of Depression, Anxiety, and Other Indicators of Psychological Distress Among U. S. and Canadian Medical Students". **Academic Medicine**, v. 81, n. 4, p. 354-373, 2006.

FIELD, A. **Discovering statistics using SPSS**: (and sex and drugs and rock “n” roll). 3. ed., reprinted ed. Los Angeles: Sage, 2011.

FLECK, M. P. *et al.* "Application of the Portuguese version of the abbreviated instrument of quality life WHOQOL-bref". **Revista de Saúde Pública**, v. 34, n. 2, p. 178–183, abr, 2000.

FLECK, M. P. A.; LEAL, O. F. *et al.* "Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da OMS (WHOQOL-100)". **Rev Bras Psiquiatr**, v. 21, n. 1, 1999.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital**. São Paulo: Boitempo. 2011.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. "Novas configurações da divisão sexual do trabalho". **Cad. Pesqui**, v. 37, p. 132, dez. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>. Acesso em: 23 fev. 2024.

HORTA, D. A. da S.; BORBA, D.; PREVITALI, F. S. "Uberização e a mudança no mundo do trabalho. O trabalho dos Entregadores de aplicativos em Uberlândia (MG)". **Revista Eletrônica Discente do Curso de História – UFAM**, vol. 5, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/manduarisawa/article/view/9182>. Acesso em: 15 out. 2023.

HUWS, U. **A formação do cibertariado**: trabalho virtual em um mundo real. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

KANAN, L. A.; ARRUDA, M. P. "A organização do trabalho na era digital". **Estud. psicol.**, Campinas, v. 30, n. 4, dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2013000400011>. Acesso em: 21 fev. 2025.

LINHART, D. A **Desmedida do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2007.

NIEROTKA, R. L.; TREVISOL, J. V. "Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência". **R. Katálysis**, Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 22-32, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/TJkmTvBNS5tr3TPXQtvbRMs/?lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2024.

NONATO, B. F. **Lei de cotas e Sisu: análise dos processos de escolha dos cursos superiores e do perfil dos estudantes da UFMG antes e após as mudanças na forma de acesso às instituições federais**. 2018. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-B5TGB6>. Acesso em: 23 fev. 2024.

PEROTTA, B. et al. "Sleepiness, sleep deprivation, quality of life, mental symptoms and perception of academic environment in medical students". **BMC Medical Education**, v. 21, n. 111, p. 1-13, 17 fev. 2021. Disponível em: <https://bmcmededuc.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12909-021-02544-8>. Acesso em: 23 fev. 2024.

PREVITALI, F. S.; FAGIANI, C.C. "Trabalho docente na educação básica no Brasil sob a indústria 4.0". **R. Katál.**, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 156-165, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/ssS88W9PXMt85vTJqV8fFTP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. 2023.

REGO, T. C. F.; PREVITALI, F. S. "Falando em Formação Docente: Perfil dos Estudantes de Licenciaturas em Minas Gerais". **SciELO Preprints**, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.7042. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/7042>. Acesso em: 21 fev. 2025.

SAUPE R, N. E. A.; CESTARI M. E.; GIORGI, M. D. M.; KRAHL M. "Qualidade de vida dos acadêmicos de enfermagem". **Rev Latino-am Enfermagem**, v. 12, n. 4, p. 636-42, 2004.

WHOQOL GROUP. "Development of the World Health Organization WHOQOL-BREF quality of life assessment. The WHOQOL Group". **Psychological Medicine**, v. 28, n. 3, p. 551–558, mai. 1998.

A TEMÁTICA DE GÊNERO NO CURRÍCULO DE MINAS GERAIS:
Possibilidades pedagógicas a partir de debates filmicos - Longa-Metragem
Valentina

THE TOPIC OF GENDER IN THE CURRICULUM OF MINAS GERAIS: Pedagogical possibilities based on filmic debates: Feature Film Valentina

Gabriela Gonçalves Junqueira¹
Jessika de Souza Silva²

Resumo

O objetivo do artigo é apresentar como a temática de gênero aparece nos documentos norteadores para o trabalho docente na rede estadual de Minas Gerais. Além disso, pretende-se explorar qual o impacto da resolução SEE nº 3423, publicada em maio de 2017, que dispõe sobre o reconhecimento e adoção de nome social nas escolas estaduais de Minas Gerais. Como possibilidade metodológica e didática, tem-se o intuito de demonstrar como o filme Valentina (2020), que narra a história de uma adolescente trans, pode servir como subsídio para trabalhar a temática em sala. O filme permite não só mobilizar conceitos importantes no que tange às discussões de gênero, mas também provoca quem assiste a sentir como a violência de gênero está muitas vezes institucionalizada dentro do sistema escolar. Além disso, o filme é um lembrete de que a escola é e deve ser um espaço social marcado pela diversidade de identidades e, portanto, pela diferença.

Palavras-chave: Gênero, Educação, SEE Minas Gerais, Valentina.

Abstract

The aim of the article is to present how the theme of gender appears in the guiding documents for teaching in the state network of Minas Gerais. Additionally, it aims to explore the impact of resolution SEE No. 3423, published in May 2017, which provides for the recognition and adoption of social names in state schools in Minas Gerais. As a methodological and didactic possibility, it intends to demonstrate how the

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Especialista em Ciências da Religião. Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - Concentração: Antropologia e Sociologia - pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), no qual foi bolsista Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Doutora em Antropologia Social no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás (UFG). Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Arqueologia, Etnologia e História Indígena (GEPAEHI), da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atuou em projetos de pesquisa e extensão na área de Educação Patrimonial e coordenação de projetos de Consultoria a órgãos especializados de gestão científica, tecnológica ou consultoria técnica prestada a órgão público ou privado pela Fundação Araporã. Atualmente é Professora substituta na Universidade Federal de Uberlândia no INCIS (Instituto de Ciências Sociais) e de Ensino Religioso da Prefeitura Municipal de Uberlândia.

² Possui graduação em Pedagogia pela Faculdade Católica de Uberlândia (2012) e especialização em Supervisão escolar e orientação educacional pelo Instituto Prominas Serviços Educacionais (2016). Atualmente é PROFESSORA da ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR VALDEMAR FIRMINO DE OLIVEIRA. Tem experiência na área de Educação.

film *Valentina* (2020), which tells the story of a trans teenager, can serve as a resource for addressing the topic in the classroom. The film not only mobilizes important concepts regarding gender discussions but also prompts viewers to feel how gender violence is often institutionalized within the school system. Furthermore, the film is a reminder that the school is and should be a social space marked by the diversity of identities and, therefore, by difference.

Keywords: Gender, Education, SEE Minas Gerais, *Valentina*.

INTRODUÇÃO

O objetivo do artigo é apresentar como a temática de gênero aparece nos documentos norteadores para o trabalho docente na rede estadual de Minas Gerais, Base Nacional Curricular Comum (BNCC, 2017) e planos de curso Minas Gerais (2024), para o Ensino Médio regular. Além disso, pretende-se utilizar a produção filmica *Valentina* (2020)³ como possibilidade pedagógica para trabalhar a temática em sala de aula.

Como professoras que vivenciam o cotidiano escolar, a nossa experiência nos permite observar e experienciar as mudanças que moldam o ambiente educacional. Uma das mais significativas foi o impacto da Resolução SEE nº 3423, publicada em maio de 2017. Essa normativa, que garante o reconhecimento e a adoção do nome social a estudantes cuja identificação civil não corresponda à sua identidade de gênero, tem sido um catalisador para importantes debates e transformações nas escolas estaduais de Minas Gerais.

A resolução permite a alteração do diário de classe, do boletim, crachás ou carteirinhas de estudante, listas ou qualquer outro instrumento de identificação do estudante. A ressalva seria para os menores de 18 anos, já que estes precisariam da autorização dos responsáveis para alteração do registro escolar.

Desde a publicação da resolução, é possível perceber um aumento dos pedidos de alteração do registro, tanto por parte dos discentes que frequentam as turmas regulares (com as devidas autorizações dos responsáveis), quanto os que frequentam as turmas da EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Legalmente, portanto, essas legislações deveriam impedir que os alunos encontrassem dificuldades no processo, contudo na prática, nem sempre é o que acontece. De acordo com um

³ O filme *Valentina* estreou nos cinemas brasileiros no dia 19 de agosto de 2021. Depois, em 17 de outubro de 2021, ele foi adicionado ao catálogo da Netflix. É importante notar que, embora tenha estreado comercialmente em 2021, o filme foi exibido em festivais de cinema nacionais e internacionais em 2020, por isso o ano de referência adotado no artigo é esse.

levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro Trans de Educação (IBTE) em 2018 e 2019 houve, em média, 50 denúncias de estudantes que tiveram o nome social recusado no ato da matrícula.

Importante ressaltar que se, por um lado, ocorre a alteração do registro escolar com as autorizações dos responsáveis, por outro, há os discentes que se consideram trans, porém a família não autoriza a alteração. Nesses casos, como fica o papel dos educadores e educadoras? Se optarmos por chamar esses discentes pelo nome social, sofremos ameaças constantes de processos administrativos e por parte dos responsáveis.

Esses casos em específico também nos fazem refletir sobre o papel da escola na vida dessas pessoas, onde a família e a casa se tornam o lugar de negação de si mesmo e a escola o lugar onde esses corpos encontram autonomia e liberdade de ser quem são. Esses corpos cerceados no âmbito familiar, encontram na escola a possibilidade de autonomia e liberdade que não existe no espaço da casa.

E mesmo a escola sendo esse espaço da liberdade, da diferença, a convivência nem sempre é harmoniosa, principalmente quando se trata da presença de estudantes trans, já que “estudantes trans carregam as marcas da subversão em seus corpos e sofrem os desdobramentos do discurso transfóbico no ambiente escolar” (CAFÉ; COROA, 2020).

No que tange aos entraves e violências sofridas no processo burocrático para alteração do registro escolar no âmbito geral sabemos que isso acontece. Mas e quanto aos processos de violência que ocorrem na convivência com os pares dentro da sala de aula? O contato com os profissionais da educação? Com a gestão da escola?

Nesse sentido, o filme *Valentina* (2020) é uma ferramenta didática importante. O filme não é apenas um retrato da adolescência trans, mas uma poderosa alegoria sobre a importância do reconhecimento e acolhimento, temas centrais para a política de nome social em Minas Gerais. A narrativa da protagonista, que busca ter sua identidade respeitada em uma nova escola, funciona como um ponto de partida para questionar as barreiras institucionais e o papel da escola como esse espaço de acolhimento e garantia de direitos.

O longa foi filmado na região de Uberlândia e Estrela do Sul, e é um subsídio didático de potente linguagem cinematográfica. O filme não se limita a expor a história de uma adolescente trans, mas utiliza elementos visuais e sonoros para criar uma experiência imersiva e empática. A montagem, que alterna entre a hostilidade do ambiente escolar e a segurança do lar, e o uso do som para acentuar a solidão e a liberdade da protagonista, são aspectos que podem ser analisados em sala de aula. Essa abordagem permite aos alunos ir além da narrativa e questionar as barreiras institucionais e sociais que a personagem enfrenta. Assim, o filme se torna mais do que um

conteúdo; é uma ferramenta para desconstruir preconceitos e reforçar a importância da escola como um espaço de diversidade e acolhimento.

PRÁTICAS E REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Nas maravilhas e conflitos existentes nas experiências docentes, aprendemos a enxergar o outro e olhar para a diferença. Nessa jornada profissional pudemos colocar em prática ao longo dessa caminhada o que Tim Ingold (2011; 2016) chama de educação da atenção, uma das grandes contribuições, dentre outras, da discussão e aproximação entre antropologia e educação e o impacto da prática antropológica nos processos de ensino aprendizagem.

A metodologia adotada neste trabalho parte de um viés que compreende a educação da atenção como um pilar central para o processo de ensino-aprendizagem. Essa abordagem, que se distancia de uma pedagogia meramente transmissiva, busca envolver o aluno de forma ativa. Aqui, a educação da atenção, mediada pelo cinema, emerge como uma possibilidade pedagógica potente para desconstruir preconceitos e humanizar o debate em sala de aula.

Na proposta de se pensar em uma educação da atenção, Ingold (2011) acredita que praticar observação participante é viver intencionalmente com outros, uma prática de correspondência, de viver com os outros. Essa educação da atenção e o olhar cuidadoso colocado como condição para que ela exista, permite uma relação única e um vínculo que impacta também na valorização dos saberes e na produção do conhecimento dos nossos estudantes.

Além de professoras, a atuação de uma das autoras como supervisora do PIBID Sociologia/Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia, permitiu algo ímpar: adentrar nos campos da Universidade Federal como um espaço de recepção de pesquisas desenvolvidas pelos próprios estudantes do Ensino Médio. Em um primeiro momento, em um evento organizado pelo Instituto de Filosofia, e depois pela Semana de Ciências Sociais organizada pelo Instituto de Ciências Sociais no ano de 2023.

O intuito do evento, ao abrir a possibilidade de receber discentes do Ensino Médio em um GT próprio para eles, foi proporcionar o contato dos discentes do Ensino Médio com a pesquisa científica e a produção do conhecimento a partir da elaboração de resumos e comunicação oral no evento. Como coordenadora do GT e da proposta em conjunto com a equipe do PIBID Sociologia/Filosofia, uma das autoras teve uma feliz surpresa, foram 19 trabalhos inscritos e um deles trouxe bastante inquietação.

O trabalho foi proposto por cinco estudantes e intitulado “Transfobia na escola: relato de um homem trans”. Dentre os discentes, o aluno trans, responsável pela narrativa presente no

trabalho. Durante a preparação do trabalho e a pesquisa, nenhuma surpresa, como dito, a perspectiva da educação da atenção, e esse efetivo olhar cuidadoso com os discentes, sempre possibilitou uma aproximação com os estudantes.

Sendo assim, já era conhecida a história do aluno trans, que exemplifica o caso da família que não autorizou a alteração do registro e não aceita sua identidade de gênero, fazendo com que ele viva essas duas realidades: do âmbito familiar e do ambiente escolar.

Os relatos de transfobia trazidos por eles também eram conhecidos. Não só os que esse aluno passava, mas também caso de outros estudantes na mesma situação. O que foi surpreendente, durante a comunicação oral, foi a emoção que todos eles, integrantes e autores do trabalho trouxeram e algumas reflexões importantes. Estar ali com outras pessoas, para além dos rostos conhecidos dos corredores da escola, permitiu que eles trouxessem todo o contexto escolar e revivessem várias passagens para contar. Tudo isso foi muito emocionante e uma fala chamou muita atenção, quando a namorada do aluno trans, indignada no seu tom, disse: “parece impossível pensar que a minha calça rasgada me ofereça mais punição do que para alguém que é transfóbico no espaço escolar”.

Como isso não é colocado dentro das reuniões pedagógicas, dos conselhos de classe ou mesmo nos diálogos informais da sala dos professores? Como punições como essas, tão triviais, não chocam a todos frente a impunidade dos casos de transfobia que ainda ocorrem no ambiente escolar?

[...]temos um exemplo do modo como se expressa a transfobia na escola, isto é, por meio das expressões de violências física, psicológica ou simbólica, bem como por atitudes ou sentimentos negativos em relação às pessoas transgêneras. Seja de modo intencional ou não, tais situações provocam consequências severas (inclusive morte), para quem é discriminado. (BENTO; XAVIER; SARAT, 2021, p.3)

No dia a dia desses estudantes, segundo seus relatos, a transfobia se manifesta em preconceito, assédio moral, questão do uso dos banheiros e agressão verbal. Vale ressaltar que mesmo quando a escola é um ambiente acolhedor, pela ótica dos estudantes, isso não a faz um ambiente harmonioso livre de conflitos, e falar sobre isso e as possíveis punições aos agressores é necessário. Além disso, é importante estabelecermos outras noções sobre o processo do educar, focando no potencial transformador do processo.

[...] o de pensar e repensar o que é educar, como educar e para que educar. Em uma perspectiva não normalizadora, educar seria uma atividade dialógica em que as experiências até hoje invisibilizadas, não-reconhecidas ou, mais comumente, violentadas, passassem a ser incorporadas no cotidiano escolar, modificando a hierarquia entre quem educa e quem é educado. (MISKOLCI, 2016, p. 51)

Identificar a experiência de como é ser um aluno trans dentro de uma escola que majoritariamente é composta por pessoas cisgênero, é fundamental para que suas demandas sejam ouvidas e essas pessoas sejam chamadas a participar ativamente e exercer seu “protagonismo juvenil”, como tanto alerta a BNCC (Brasil, 2017).

E para trabalhar a questão de gênero com estudantes do Ensino Médio é importante ressaltar suas experiências cotidianas a fim de atuar no reconhecimento dessas diferenças e dos conflitos que com eles existem e pensar como a escola hoje lida com assuntos decorrentes das diferentes identidades de gênero que existem ali dentro.

Assim, trabalhar com as questões de gênero e as suas relações com a escola sempre foi motivo de inquietação. Talvez pela indignação, por parte de alguns colegas, pela iniciativa em trabalhar a temática, mas também pela falta de conhecimento legal que ampara e nos direciona a trabalhar o conteúdo dentro da sala de aula.

Algumas vezes, os documentos legais que direcionam nosso planejamento já tiveram que ser destacados para argumentar a discussão sobre a temática em sala de aula. Por isso, trabalhar a temática por si, já é de grande contribuição para nosso exercício enquanto professores de sociologia, mas também para educação como um todo.

Por isso, este artigo combina a análise documental com a possibilidade pedagógica do cinema. A primeira etapa consistiu em examinar os documentos norteadores da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, com foco na Resolução SEE nº 3423/2017, para identificar o tratamento dado à temática de gênero. Na segunda etapa, o filme *Valentina* (2020) foi selecionado como possibilidade pedagógica de trabalhar a temática em sala de aula. A proposta de utilização da obra não se limitou a um resumo do enredo, mas se debruçou sobre a potencialidade didática da narrativa e da linguagem cinematográfica, investigando como as imagens, os sons e a atuação da protagonista podem ser mobilizados em sala de aula para promover debates sobre identidade de gênero, violência e inclusão. O objetivo é demonstrar como a arte pode servir de mediadora para a aplicação prática e humanizada da legislação educacional.

A TEMÁTICA DE GÊNERO NA BNCC E PLANO DE CURSO DE MINAS GERAIS DE 2024

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. A partir da publicação de 2017 as orientações se dão por meio das competências e organização das habilidades, que estão

relacionadas a diferentes objetos de conhecimento – entendidos como conteúdos, conceitos e processos –, que, por sua vez, são organizados em unidades temáticas (BRASIL, 2017).

Na BNCC, competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho. Ao definir essas competências, a BNCC reconhece que a **“educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa.** (BRASIL, 2017, p. 8) (Grifo meu)

Fazendo um levantamento inicial na BNCC vê-se que a temática de gênero, enquanto conceito, aparece de maneira muito transversal nas indicações das disciplinas de Geografia e de História no que tange a questões de “diversidade (de gênero, religião, tradições étnicas etc.)” (Brasil, 2017, p. 547), tendo somente uma menção sobre gênero durante todo o documento.

No Ensino Fundamental, a BNCC se concentra no processo de tomada de consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças em relação ao Outro e das diversas formas de organização da família e da sociedade em diferentes espaços e épocas históricas. Tais relações são pautadas pelas noções de indivíduo e de sociedade, categorias tributárias da noção de *philia*, amizade, cooperação, de um conhecimento de si mesmo e do Outro com vistas a um saber agir conjunto e ético. Além disso, ao explorar variadas problemáticas próprias de Geografia e de História, prevê que os estudantes explorem diversos conhecimentos próprios das Ciências Humanas: noções de temporalidade, espacialidade e diversidade (**de gênero**, religião, tradições étnicas etc.); conhecimentos sobre os modos de organizar a sociedade e sobre as relações de produção, trabalho e de poder, sem deixar de lado o processo de transformação de cada indivíduo, da escola, da comunidade e do mundo. (BRASIL, 2017, p. 547. Grifo meu)

A BNCC (Brasil, 2017) apresenta argumentos para reforçar o interesse que os estudantes aprendam a indagar, já que vê isso como ponto de partida para uma reflexão crítica, e uma das contribuições essenciais das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, mas mencionam temas importantes para que isso ocorra de forma muito superficial e generalizante.

Outro documento importante para nosso planejamento curricular são os planos de curso oriundos do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG). O documento foi elaborado em 2019 e implementado ao longo do ano de 2020, e em 2021 deveria estar efetivamente dentro de sala de aula. De acordo com a Resolução SEE-MG nº 4.692/2021, todas as escolas da rede estadual adotariam a concepção de educação voltada para a formação integral dos sujeitos e deveriam considerar a diversidade e inclusão como norteadores éticos, democráticos e estéticos em suas ações pedagógicas.

Como esse currículo e os planos de curso dele advindos lidam com as temáticas de gênero? O intuito, é a partir de um levantamento, trazer dados de como a temática é importante e deve ser trabalhada em diferentes nuances. Importante ressaltar que há menção nos três planos de curso desenvolvidos para o Ensino Médio regular: 1º, 2º e 3º ano.

Relativo ao plano de curso do 1º ano, a temática aparece como objeto do conhecimento/conteúdos relacionados e em orientações pedagógicas na disciplina Sociologia. Aparece como objetos de conhecimento relativo aos marcadores sociais da diferença em suas dimensões de classe, raça/etnia, **gênero**, sexualidade (Minas Gerais, 2024a, p. 52. Grifo meu), por exemplo. Além disso, é possível identificar o conceito também nas orientações pedagógicas referentes ao 4º bimestre, com mais objetividade e discussões mais focadas na temática, como trabalhar os conceitos de sexo e pensar **gênero** enquanto uma construção social (p. 54. Grifo meu), como se pode ver na imagem abaixo. Ao todo, o plano de curso traz oito menções ao conceito de gênero durante o documento.

PLANO DE CURSO

ÁREA DE CONHECIMENTO:	Ciências Humanas	ANO DE ESCOLARIDADE	<th>ANO LETIVO</th>	ANO LETIVO
COMPONENTE CURRICULAR:	Sociologia	1º Ano - Ensino Médio		2024
4º BIMESTRE				
UNIDADE TEMÁTICA/ TÓPICO	COMPETÊNCIA ESPECÍFICA	HABILIDADE	OBJETOS DO CONHECIMENTO/ CONTEÚDOS RELACIONADOS	ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS
Política e Trabalho	Competência 4: Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.	(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos. (EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconômica.	• Gênero como construção social.	Para que a habilidade seja desenvolvida pelo(a) estudante é importante que ele(a) seja capaz de: - Ler e analisar diferentes textos que abordam a construção social do gênero, buscando reconhecer como a identidade de gênero, os papéis de gênero, são projeções individuais e coletivas da sociedade sobre os corpos biológicos e o quanto variam culturalmente.
Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética	Competência 5: Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.	(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade. (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.	• Conceitos de raça, etnia e etnicidade e suas inter-relações.	Para que a habilidade seja desenvolvida pelo(a) estudante é importante que ele(a) seja capaz de: - Pesquisar as raízes da noção de raça no Colonialismo europeu, na exploração religiosa histórica da "humanidade" dos diferentes povos não europeus, bem como no advento da escravidão moderna (sec. XV), refletindo e analisando o discurso do Racismo Científico (Evolução, Darwinismo Social, Eugenia), estabelecido no Século XIX no contexto do Neocolonialismo europeu.

IMAGEM 1: Minas Gerais, 2024a, p. 54.

Referente ao plano de curso do 2º ano, há apenas duas menções durante todo o documento. Uma na disciplina de Geografia na unidade temática “Política e Trabalho” onde a menção é apenas no objeto de conhecimento em que aparece a seguinte indicação “Emprego e ocupação, analisando

renda, **gênero**, educação, saúde e condições de trabalho no território brasileiro. Relações de trabalho e mercado no mundo globalizado (MINAS GERAIS, 2024b, p. 14. Grifo meu).

A segunda menção aparece já na disciplina de Sociologia. Ressalto que é a única menção ao conceito dentro da disciplina de Sociologia. O conceito aparece também na unidade temática “Política e Trabalho” onde a menção é, assim como na disciplina de Geografia, apenas no objeto de conhecimento em que aparece a seguinte indicação: “O mundo do trabalho e suas transformações a partir de diferentes marcadores sociais (Raça, **gênero**, classe, geracional), e as políticas que asseguram a jovens, mulheres, negros e demais minorias sociais acesso igualitário ao mercado de trabalho.” (MINAS GERAIS, 2024b, p. 48. Grifo meu).

PLANO DE CURSO				
ÁREA DE CONHECIMENTO:	Ciências Humanas	ANO DE ESCOLARIDADE	ANO LETIVO	
COMPONENTE CURRICULAR:	Sociologia	2º Ano - Ensino Médio	2024	
3º BIMESTRE				
UNIDADE TEMÁTICA/ TÓPICO	COMPETÊNCIA ESPECÍFICA	HABILIDADE	OBJETOS DO CONHECIMENTO/ CONTEÚDOS RELACIONADOS	ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS
Política e Trabalho	Competência 4: Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.	(EM13CHS401) Identificar e analisar as relações entre sujeitos, grupos, classes sociais e sociedades com culturas distintas diante das transformações técnicas, tecnológicas e informacionais e das novas formas de trabalho ao longo do tempo, em diferentes espaços (urbanos e rurais) e contextos.	• Mundo do trabalho e suas transformações a partir de diferentes marcadores sociais (Raça, gênero, classe, geracional), e as políticas que asseguram a jovens, mulheres, negros e demais minorias sociais acesso igualitário ao mercado de trabalho.	Para que a habilidade seja desenvolvida pelo(a) estudante é importante que ele(a) seja capaz de: - Analisar e compreender histórica e social os marcadores sociais que estão presentes na política e no mundo do trabalho.
		(EM13CHS403) Caracterizar e analisar os impactos das transformações tecnológicas nas relações sociais e de trabalho próprias da contemporaneidade, promovendo ações voltadas à superação das desigualdades sociais, da opressão e da violação dos Direitos Humanos.	• Movimentos sociais baseados em classes sociais, como os operários e trabalhistas; e as lutas e conquistas dos movimentos sociais acerca do mundo do trabalho e sua precarização na contemporaneidade.	Para que a habilidade seja desenvolvida pelo(a) estudante é importante que ele(a) seja capaz de: - Caracterizar e analisar os movimentos sociais, suas origens, motivações, como também as inúmeras transformações conquistadas assim como a precarização que o mundo do trabalho tem sofrido na sociedade contemporânea.
	Competência 6: Participar do debate público de forma crítica, respeitando diferentes posições e fazendo escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.	(EM13CHS601) Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país.		

IMAGEM 2: Minas Gerais, 2024b, p. 48.

No plano de curso relativo ao 3º ano, a temática aparece durante cinco vezes, uma na disciplina de História e quatro na disciplina de Sociologia. Na disciplina de História aparece de forma geral em “Reconhecer e respeitar às diferenças culturais, étnicas, religiosas, sociais e de **gênero**, entre outras” (MINAS GERAIS, 2024c, p. 40. Grifo meu).

Nas quatro menções do conceito na disciplina de Sociologia vemos um maior aprofundamento na forma como o tema é tratado, trazendo debate inclusive sobre

interseccionalidade. O tema aparece tanto nos objetos de conhecimento como nas orientações pedagógicas.

Estudando e compreendendo os conceitos de sexo, **gênero** e sexualidade, suas interrelações e **interseccionalidades**.

O papel das instituições e dos mecanismos simbólicos e discursivos na atribuição de comportamentos à classe, à raça, ao gênero, ao sexo, à sexualidade e à questão geracional. A transformação das categorias sociais como raça/cor, família, religião, gênero, entre outras, ao longo do tempo e do espaço. Analisar de maneira reflexiva os conceitos de gênero, sexo, sexualidade, interseccionalidade, reconhecendo e valorizando a liberdade, a autonomia e o poder de decisão de cada indivíduo. (MINAS GERAIS, 2024c, p. 44. Grifos meus).

PLANO DE CURSO

ÁREA DE CONHECIMENTO:	Ciências Humanas	ANO DE ESCOLARIDADE:	<th>ANO LETIVO</th>	ANO LETIVO
COMPONENTE CURRICULAR:	Sociologia	3º Ano - Ensino Médio		2024
1º BIMESTRE				
UNIDADE TEMÁTICA/ TÓPICO	COMPETÊNCIA ESPECÍFICA	HABILIDADE	OBJETOS DO CONHECIMENTO/ CONTEÚDOS RELACIONADOS	ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS
Política e Trabalho	Competência 4: Analisar as relações de produção, capital e trabalho em diferentes territórios, contextos e culturas, discutindo o papel dessas relações na construção, consolidação e transformação das sociedades.	(EM13CHS402) Analisar e comparar indicadores de emprego, trabalho e renda em diferentes espaços, escalas e tempos, associando-os a processos de estratificação e desigualdade socioeconómica. (EM13CHS404) Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.	<ul style="list-style-type: none"> • Análise da relação entre acesso à educação e mundo do trabalho. • Reconhecimento da necessidade de políticas que assegurem a jovens, mulheres, negros e demais minorias sociais acesso igualitário ao mercado de trabalho. 	Para que a habilidade seja desenvolvida pelo(a) estudante é importante que ele(a) seja capaz de: <ul style="list-style-type: none"> • Identificar e estabelecer uma análise que proporcione ao estudante compreender a relação entre educação e mundo do trabalho. • Identificar e discutir os múltiplos aspectos do trabalho em diferentes circunstâncias e contextos históricos e/ou geográficos e seus efeitos sobre as gerações, em especial, os jovens e as gerações futuras, levando em consideração, na atualidade, as transformações técnicas, tecnológicas e informacionais.
Indivíduo, Natureza, Sociedade, Cultura e Ética	Competência 5: Identificar e combater as diversas formas de injustiça, preconceito e violência, adotando princípios éticos, democráticos, inclusivos e solidários, e respeitando os Direitos Humanos.	(EM13CHS501) Analisar os fundamentos da ética em diferentes culturas, tempos e espaços, identificando processos que contribuem para a formação de sujeitos éticos que valorizem a liberdade, a cooperação, a autonomia, o empreendedorismo, a convivência democrática e a solidariedade. (EM13CHS502) Analisar situações da vida cotidiana, estilos de vida, valores, condutas etc., desnaturalizando e problematizando formas de desigualdade, preconceito, intolerância e discriminação, e identificar ações que promovam os Direitos Humanos, a solidariedade e o respeito às diferenças e às liberdades individuais.	<ul style="list-style-type: none"> • Estudando e compreendendo os conceitos de sexo, gênero e sexualidade, suas interrelações e interseccionalidades. • O papel das instituições e dos mecanismos simbólicos e discursivos na atribuição de comportamentos à classe, à raça, ao gênero, ao sexo, à sexualidade e à questão geracional. • A transformação das categorias sociais como raça/cor, família, religião, gênero, entre outras, ao longo do tempo e do espaço. 	Para que a habilidade seja desenvolvida pelo(a) estudante é importante que ele(a) seja capaz de: <ul style="list-style-type: none"> • Analisar de maneira reflexiva os conceitos de gênero, sexo, sexualidade, interseccionalidade, reconhecendo e valorizando a liberdade, a autonomia e o poder de decisão de cada indivíduo.

IMAGEM 3: Minas Gerais, 2024c, p. 44.

LONGA-METRAGEM VALENTINA COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA DE TRABALHAR E TORNAR EFETIVO OS PLANOS DE CURSO DE MINAS GERAIS



IMAGEM 4: Poster Filme Valentina (2020)

Com essa breve exposição e levantamento de dados, podemos ver que o assunto, que é de extrema importância dentro das Ciências Sociais, é pouco explorado e cobrado dentro dos planos de curso de Minas Gerais, com poucas menções, mas aparece, o que reafirma não só nosso direito, mas obrigação de trabalhar a temática no Ensino Médio. A BNCC, por sua vez, trata o tema de maneira muito superficial e generalizante, no qual o tema aparece somente uma vez dentro do debate.

Isso posto, como trabalhar a temática? Sabemos que muitos docentes, pelas experiências nas escolas, ainda não sabem como trabalhar o tema. Esse trabalho pretende apresentar como possibilidade pedagógica a realização de debates filmicos entre os discentes, aqui em específico com o longa Valentina, com o intuito de possibilitar ferramentas para docentes que queiram utilizar desses subsídios para trabalhar a temática de gênero.

Valentina⁴ é um filme brasileiro de 2020 dirigido por Cássio Pereira dos Santos, que narra a história de uma adolescente transgênero chamada Valentina, interpretada pela atriz trans Thiessa Woinbackk. No filme, Valentina e sua mãe se mudam para a cidade de Estrela do Sul, no interior

⁴ O filme pode ser acessado por diversas plataformas, como Netflix e Youtube.

de Minas Gerais, em busca de uma nova vida, para tentar fugir dos preconceitos que sofria na cidade anterior, enquanto adolescente trans.

Contudo, na tentativa de se matricular em uma nova escola, Valentina enfrenta o desafio de ser aceita e conseguir se matricular usando seu nome social. Daí, decorre os conflitos e relações que Valentina estabelece e que escancara o quanto a sociedade violenta pessoas e corpos marcados pela diferença. Além de evidenciar como a violência de gênero está institucionalizada no âmbito escolar.

Enquanto professoras, propomos trabalhar o filme a partir de três discussões principais: o próprio conceito de gênero, a violência de gênero e a posição da escola, como um lugar contraditório.

O conceito de gênero pode ser explorado a partir da metáfora do viajante pós-moderno trazido pela autora Guacira Lopes Louro (2008), referência para a temática e para os estudos Queer. Para a autora, pensar a questão de gênero pode ser compreendida como pensar em uma viagem, em que quando se descobre o sexo de um bebê “é um menino ou é uma menina”, há uma tentativa de definir a viagem, o percurso, o destino final daquela criança que ainda nem nasceu. O viajante pós-moderno, diferente daquele que tem um percurso pronto e definido e só segue o caminho traçado, é aquele que desestabiliza o percurso.

A imagem da viagem é interessante pois sugere ideias de deslocamento, desenraizamento, trânsito, em que o sujeito já não é aquele unificado e coerente, mas é, ele próprio, dividido, fragmentado e cambiante (LOURO, 2008, p.13), “[...] o motivo da viagem se altera no meio do caminho uma vez alcançado, o objetivo deixa de ser importante e se creme outro; os sujeitos podem até voltar ao ponto de partida, mas são, em alguma medida, “outros” sujeitos [...]”.

O conceito de gênero ganhou ampla difusão a partir dos anos 1980 (PISCITELLI, 2002) e sua relevância decorre, em grande parte, do convite a uma nova forma de interpretar a realidade, ao destacar que as distinções entre o que se entende por feminino e masculino estão profundamente entrelaçadas com as hierarquias sociais. Segundo a autora, pensadoras como Joan Scott, Donna Haraway, Gayle Rubin e Judith Butler foram decisivas para impulsionar o debate sobre a natureza socialmente construída do gênero e a desconstrução de visões tradicionais sobre o que define a “mulher”.

Essas abordagens contrapõem a ideia de fluidez à (relativa) fixidez do gênero ancorado em bases biológicas presente nas primeiras formulações de gênero; a noção de múltiplas configurações nas quais o poder opera de maneira “difusa” à ideia de dominação/subordinação universal das mulheres; a intersecção entre

múltiplas diferenças e desigualdades ao privilégio da diferença sexual entendida como diferença entre homem e mulher. (PISCITELLI, 2002, p. 16)

Assim, o debate contribuiu de forma significativa para questionar as concepções rígidas e essencialistas que anteriormente predominavam propondo uma análise mais complexa e fluida das questões de gênero.

Outro ponto escancarado no filme e que pode ser abordado em sala de aula é a questão da violência de gênero. Desde a dificuldade da matrícula com o nome social, que é direito da estudante; à exigência da assinatura do pai na matrícula, que não tem uma relação muito presente na vida de Valentina; o bullying e transfobia nos grupos da escola; o assédio sofrido pela adolescente e o ataque à menina em que cortam o cabelo de maneira forçosa e violenta. São várias as cenas em que a violência de gênero aparece no filme e que podem ser vistas como possibilidades de trabalhar a questão da violência com os estudantes. Explorar como a violência está presente em várias nuances, desde a violência institucional, física, sexual, psicológica etc. Além disso, outra sugestão é trazer dados para os estudantes sobre a violência contra pessoas trans.

Bruna Benevides (2024) trouxe no dossier: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023, que o Brasil registrou 145 assassinatos de pessoas trans. Explorar esses dados e fazer relação com o filme pode ser uma possibilidade pedagógica interessante para sensibilizar os estudantes sobre o tema.

Por fim, explorar o lugar contraditório que a escola assume na obra. Simultaneamente em que ela é um obstáculo burocrático, institucional, que reforça a dificuldade de acesso da Valentina ao ambiente escolar, ela também é um espaço de reafirmação das diferenças, e demonstra que a postura dos discentes, quadro de docentes e gestão da escola é fundamental para garantia de direitos dessas pessoas.

Além disso, cabe explorar a reflexão final que o filme provoca, de que a evasão escolar entre homens e mulheres trans atinge 82%, refletindo as dificuldades de inclusão e o preconceito enfrentado no ambiente educacional. Além disso, a expectativa de vida dessa população é de apenas 35 anos, um dado que expõe a grave vulnerabilidade e as violências estruturais que afetam as pessoas trans no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos compreender que trabalhar a temática de gênero no Ensino Médio, é importante não só para os discentes que se identificam com outras identidades de gêneros se sentiram

pertencentes dentro das discussões, mas também para colocar a importância do tema dentro das escolas a fim de aproximar essas discussões com o cotidiano escolar. Além disso, é uma forma de efetivar a obrigatoriedade da temática presente nos planos de curso de Minas Gerais e reforçar a inclusão da temática nos currículos, que indica trabalhar o conteúdo desde o 1º ano até o 3º ano do Ensino Médio.

Nesse sentido, o filme *Valentina*, com classificação indicativa de 14 anos, é uma excelente possibilidade de trabalhar o tema nos três anos do Ensino Médio. Ele permite explorar várias nuances do tema e permite ainda uma aproximação com os estudantes, haja vista, sua linguagem próxima e a proximidade que o filme traz de se passar em uma cidade mineira.

Tais reflexões demonstram a relevância do tema não somente para nossa prática docente, mas também para que a escola seja de fato esse espaço aberto à diferença. Uma abertura que não seja só legal e teórica, mas que se efetive na prática. Que possamos pensar a diferença, na medida em que esse conceito é ligado a ideia do reconhecimento como transformação social e que possamos compreender que a convivência com o outro e o diálogo transforma a nós mesmos. Que sejamos, docentes, as vozes que encorajam outras vozes!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023** / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2024.

BENTO, Nosli Melissa de Jesus; XAVIER, Nubea Rodrigues; SARAT, Magda. “Escola e infância: a transfobia rememorada”. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 59, p. e205911, 2021.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação. 2017.

CAFÉ, L. da C. M.; COROA, Maria Luiza Monteiro Sales. “TRANSEXUALIDADE NA ESCOLA: IMPACTOS E DEMANDAS DOS CORPOS MARCADOS PELA SUBVERSÃO”. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, 21(1), 235–254, 2020.

MINAS GERAIS. **Curriculo Referência de Minas Gerais**. Minas Gerais, 2024.

MINAS GERAIS. **Plano de Curso Ensino Médio, 1º Ano**, 2024a.

MINAS GERAIS. **Plano de Curso Ensino Médio, 2º Ano**, 2024b.

MINAS GERAIS. **Plano de Curso Ensino Médio, 3º Ano**, 2024c.

INGOLD, Tim. Epilogue: “Anthropology is not Ethnography.” In: **Being Alive**. Routledge: London and New York, 2011.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. *Educação*, 39(3), 404–411, 2016.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e a teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. p. 22 a 67 (II).

PISCITELLI, Adriana. “Re-criando a (categoria) mulher?”. **Textos Didáticos**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, [S.I.], n. 48, p. 7 – 42, 2002.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli.; NETO, H. F. A. “O processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no Brasil e a Sociologia (2014 a 2018)”. **Revista Espaço do Currículo**. V. 13, n. 2, p. 262–283, 2020.

VALENTINA. Direção: Cássio Pereira dos Santos. Produção: Camila Macedo e Erika Pereira dos Santos. Brasil: Campo Cerrado Produções, 2020.

VALENTINA. Poster. Rio de Janeiro: Tudo Sobre Filme, 2021. Disponível em: <http://www.tudosobrefilme.com.br/2021/09/valentina-ganha-novo-cartaz-e-data-de.html>. Acesso em: 1 set. 2025.

O MÚSICO INDEPENDENTE NO RÁDIO PÚBLICO: Memória, potenciais de pesquisa e lacunas em Vitória da Conquista

THE INDEPENDENT MUSICIAN ON PUBLIC RADIO: Memory, research potentials, and gaps in Vitória da Conquista

Plácido Oliveira Mendes¹
Felipe Eduardo Ferreira Marta²

Resumo

Este estudo analisa a importância do rádio público na divulgação e preservação da música independente em Vitória da Conquista-BA, investigando dificuldades enfrentadas pelos historiadores locais em relação às fontes de pesquisa, enfatizando a relevância da entrevista radiofônica como um dos principais meios de exposição dos artistas à comunidade e de produção de fontes historiográficas. A análise das emissoras UESB FM e Rádio Câmara revela a inexistência de acervos digitais organizados, comprometendo a memória musical da região. Como resposta, o projeto independente Memória Musical do Sudoeste da Bahia, através do subprojeto *Acervo de Entrevistas @memoriasudoeste*, foi criado para suprir tais lacunas, através de pesquisa documental, registro e publicação entrevistas radiofônicas e produção em história oral. Conclui-se que a falta de preservação institucional deve ser discutida e evidenciada, e reforça a necessidade de iniciativas independentes para a preservação da memória coletiva regional e a ampliação da acessibilidade a esses registros.

Palavras-chave: Músicos independentes, Rádios públicas, Entrevistas, Acervos documentais, História local.

Abstract

This study analyzes the importance of public radio in the promotion and preservation of independent music in Vitória da Conquista, Bahia (Brazil). It investigates the difficulties faced by local historians regarding research sources, emphasizing the relevance of radio interviews as a primary means for artists to gain community exposure and for the production of historiographical sources. The analysis of the radio stations UESB FM and Rádio Câmara reveals the lack of organized digital archives, which compromises the region's

¹ Mestre e Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade; Licenciado em História e Bacharelando em Direito pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Idealizador do Projeto Memória Musical do Sudoeste da Bahia (independente). Músico e produtor musical independente (Distintivo Blue).

² Doutorado em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutorado junto à University of Nebraska Medical Center (UNMC), USA. Pós-doutorado junto à Virginia Polytechnic Institute and State University (Virginia Tech) USA. Professor Pleno do Departamento de Ciências Naturais da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) atuando como docente no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Docente no curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

musical memory. In response, the independent project Memória Musical do Sudoeste da Bahia (*Musical Memory of Southwestern Bahia*), through its subproject *Acervo de Entrevistas @memoriasudoeste* (*Interview Collection @memoriasudoeste*), was created to fill these gaps. This is accomplished through documentary research, the recording and publication of radio interviews, and the production of oral histories. The study concludes that the lack of institutional preservation must be discussed and highlighted. It also reinforces the need for independent initiatives to preserve regional collective memory and increase accessibility to these records.

Keywords: Independent musicians, Public radio, Interviews, Documentary archives, Local history.

INTRODUÇÃO

Ao pensar a música popular brasileira, considerando a tamanha diversidade cultural do país, depara-se, o historiador, não raramente, com a necessidade de uma clara delimitação entre campos profundamente distintos, ainda que semelhantes em aspectos harmônicos, rítmicos e melódicos (esta tríade elementar presente nos primeiros capítulos dos manuais de teoria musical, não integrando o nosso objeto de análise neste trabalho), evidenciando a coexistência de dois complexos e, por vezes, antagônicos universos: o da “música *mainstream*” e o da “música independente”. No primeiro, caracterizado pela dimensão essencialmente industrial, dotada de grandes investimentos em estrutura, publicidade e ampla distribuição sob a forma de *shows* e outros produtos destinados ao público massivo³, geralmente não há grande dificuldade na obtenção de dados: para além da expressiva quantidade de material audiovisual disponível em plataformas gratuitas *on-line*, como *podcasts*, videodocumentários, participações em programas de TV e perfis em redes sociais, o mercado editorial dispõe de vasta e crescente gama de biografias e obras referentes a movimentos musicais, abrangendo, por exemplo, desde as origens do samba ou baião até os mais recentes nomes do *funk carioca*, gênero musical predominante entre o público consumidor pertencente à Geração Z, segundo o mais recente relatório de tendências do Spotify (Música..., 2025). Com efeito, também nos repositórios acadêmicos e periódicos, há diversos textos referentes aos grandes nomes da indústria fonográfica brasileira, facilmente acessíveis a pesquisadores e demais interessados.

Já no campo da música independente, é comum experimentar maiores obstáculos e dificuldades de pesquisa. Ainda que o termo também englobe o artista profissional, muitas vezes pertencente a um cenário *mainstream* anterior, mas atuando sem o investimento de grandes

³Isto é: objetivando “atingir o maior número possível de ouvintes [...] através da divulgação via cinema, rádio, TV, computador, etc; apoiando-se em modelos de divulgação em que até as divisões entre gêneros musicais tendem a ser embotados.” (CARDOSO FILHO; JANOTTI JÚNIOR, 2006, p. 15).

conglomerados empresariais (CASTRO, 2010), por escolha ou não, neste estudo referimo-nos ao músico atuante através da autogestão, contando com pequenos apoios, muitas vezes dividindo tempo e esforços entre a música e outra atividade econômica para seu sustento. Não sendo economicamente capazes de viabilizar longas turnês e campanhas massivas de publicidade, geralmente seu espaço de atuação limita-se à sua própria região ou cidade de residência, sendo usualmente classificados pelo senso comum e imprensa enquanto “músicos regionais” ou “músicos locais”, conforme constatamos em entrevistas e outros documentos.

Durante a nossa pesquisa, iniciada em 2010, dedicada ao cenário blues nacional, voltando-se, a partir de 2019, à musicalidade geral do sudoeste baiano, percebemos a constante convivência dessa expressiva parcela de artistas (a maior parte dos músicos brasileiros encontra-se nela, destacamos) com o fator “precariedade”, relacionado a todos os setores da atividade: estrutura, recursos, conhecimentos técnicos e estratégias de atuação, incluindo a promoção, preservação e distribuição da sua própria obra. A presença *on-line* da maioria resume-se a perfis em redes sociais. Poucos possuem *website* estruturado, contendo informações básicas, como biografia, *release*⁴, videoclipes, discografia, letras de músicas, fotografias de divulgação, entrevistas e outros elementos importantes para uma conexão consistente entre artista e público (e contratantes e pesquisadores). No mesmo sentido, a produção bibliográfica sobre a música independente longe das metrópoles é escassa, tornando ainda mais desafiador o trabalho do pesquisador em busca de fontes.

Nesse sentido, a decisão pela produção historiográfica relativa à musicalidade em âmbito local pode significar, necessariamente, o árduo caminho do pioneirismo, “garimpando” acervos escassos e vitimados pelo descaso, a fim de trazer, à comunidade de destino, os primeiros escritos advindos da pesquisa científica sobre a temática. Em nosso contexto, amargamos considerável dificuldade de acesso a essas fontes, seja pelo predominante desinteresse dos próprios artistas pelo registro, preservação e publicização (alguns entrevistados sequer possuíam uma cópia do próprio disco, e tampouco disponibilizaram seus fonogramas nas principais plataformas de *streaming*), ou por outros fenômenos recorrentes, como a deterioração de documentos pela má conservação e o encerramento de *blogs*, sites de notícias ou plataformas musicais que continham informações relevantes.

Diante deste desafiador cenário, percebemos ser, para além da apresentação musical tradicional, *in loco*, a entrevista do músico local a emissoras de TV e rádio, um dos mais efetivos

⁴Um *release*, no contexto do mercado cultural, é um “texto de apresentação contendo informações como estilo musical, integrantes, período em atividade e principais participações em eventos e produções” (MENDES, 2022, p. 93) geralmente utilizado como requisito básico para contratações, ações publicitárias, participações junto à Imprensa. Ao contrário da biografia convencional, caracteriza-se por ser necessariamente sucinto e objetivo.

instrumentos de conexão entre artista e sua comunidade, devido à vasta área de cobertura das emissoras, aliada à naturalizada relação entre a população e estes veículos de comunicação. O rádio, em particular, ainda é considerado enquanto boa fonte de informação e entretenimento (DINO, 2023), sobretudo relacionado a conteúdo regionalizado, como notícias e entrevistas. Em Vitória da Conquista, classificada pelo IBGE (2023) enquanto “capital regional B (2B)”, com população de 370.879 pessoas no censo de 2022, participar de um programa radiofônico significa, ainda, expor-se a um grande número de cidades circunvizinhas, em todo o sudoeste baiano e norte mineiro (SOBRE, 2025), em tempo real, através da transmissão convencional, e a todo o planeta, por *streaming*.

O RÁDIO... E AS RÁDIOS

Ainda que, ao artista independente, conceder uma entrevista a uma emissora de rádio represente um atraente e eficaz modo de “se fazer conhecer” pelo seu público-alvo (a população da região onde atua ou pretende atuar), também aqui percebemos a necessidade de delimitação entre campos profundamente distintos: o das emissoras comerciais e o das não-comerciais. No rádio comercial, o conteúdo propriamente dito divide “espaço” com a publicidade, interferindo diretamente na experiência oferecida ao ouvinte, muitas vezes exposto a longos períodos de propaganda, sobretudo em horários “nobres”, de maior audiência, como o do meio-dia, de grande concentração, no rádio conquistense, da transmissão de noticiários. Neste contexto, observamos, a entrevista é necessariamente “corrida”, dificilmente sendo possível o aprofundamento em qualquer tema, especialmente quando não referente à política local ou ocorrências policiais. Mesmo em programas destinados ao entretenimento, a superficialidade causada pelas constantes interrupções para anúncios comerciais, a presença de mais entrevistados e a execução de fonogramas, dentre outros elementos, tornam o rádio comercial mais adequado ao anúncio de eventos ou lançamentos (como o de um novo álbum ou videoclipe) que ao diálogo estendido e reflexões capazes de estabelecer a contextualização, devida à própria natureza dessas empresas, fortemente vinculadas a interesses comerciais (BARBEIRO, 2003).

Já o rádio público, liberado dessas obrigações, oferece, ao artista independente, maior possibilidade de utilização do tempo disponível para que apresente seu universo conceitual a um ouvinte já ciente da identidade de cada emissora, geralmente dotada de uma programação consideravelmente menos “poluída”, de caráter essencialmente cultural, marcada pelo

“comprometimento com o interesse público, considerando o telespectador um cidadão e não apenas um consumidor de notícias” (*Id*, 2003, p. 33)

Vitória da Conquista possui, atualmente, duas emissoras públicas, atendendo a estes quesitos: a primeira, UESB FM, fundada em 2010, gerida pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, pertence à subcategoria “rádio educativa”, apresentando uma programação musical pouco dedicada à música massiva do momento, valorizando os diversos períodos da música brasileira e internacional, mesclando, ainda, noticiários, programas educativos (selecionados periodicamente através de editais destinados à comunidade acadêmica e externa) e culturais. A emissora, que já alcançava quarenta municípios através da frequência 97,5 MHz em Frequência Modulada (FM), também passou a transmitir de Jequié, distante 138.000 km, onde há outro dos três *campi* da universidade, através da frequência 106,1 MHz, a partir de 2020, estendendo a cobertura “desde o Norte de Minas Gerais até cidades dos territórios de identidade do Médio Rio de Contas e Vale do Jequiriçá” (SILVA; MORAES, 2020).

Já a Rádio Câmara, fundada em 2022, sediada no prédio da Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista, enquadra-se na subcategoria “rádio legislativa” e tem, por principal objetivo, “levar à população todas as informações necessárias, referentes ao Legislativo Municipal” (Rádio..., 2022), transmitindo, em tempo real, as Sessões Legislativas e informativos, além de programas temáticos advindos da Rede Legislativa de Rádio e TV (Brasília), de cunho cultural, e locais. A identidade musical da emissora assemelha-se à da UESB FM: diversa e atemporal, evitando canções de letras demasiadamente sexuais ou de temáticas mais comuns à musicalidade *mainstream*, fortemente presentes nas emissoras comerciais e de televisão aberta. Destas duas emissoras, destacaremos o programa *Tarde Uesb* (UESB FM), transmitido de segunda a sexta-feira, das 15h às 17h, e o *Programa Saber* (Rádio Câmara), transmitido de segunda a sexta-feira, das 8h às 10h.

Os dois programas apresentam propostas compatíveis: fornecer conteúdo musical (execução de fonogramas) contextualizado através de curiosidades e outras informações, agenda cultural, unindo informação e entretenimento, incluindo, pontualmente, entrevistas relacionadas ao universo cultural / educativo. No *Tarde UESB* criou-se a “tradição” de convidar músicos locais para entrevistas ao vivo, às sextas-feiras, possibilitando a execução musical (ao vivo no estúdio ou reproduzidas através de fonogramas) intercalada com o diálogo, com o objetivo de “apresentar” o convidado com certa profundidade ao ouvinte. O quadro, denominado *Estúdio ao Vivo*, em regra, é uma “janela” de tempo entre as 16h e as 17h, muitas vezes ultrapassado, de acordo com a intensidade da conversa, chegando até mesmo a atingir o horário das 18h. Na Rádio Câmara, o dia

usualmente utilizado para as entrevistas musicais é a quinta-feira, entre 9h e 10h, geralmente não ultrapassando o horário, devido às subsequentes transmissões das sessões do plenário. Em ambos, há pouca interrupção para intervalos, possibilitando, ao entrevistado, “mostrar-se” de maneira consideravelmente mais consistente que em emissoras comerciais.

PRESERVANDO E PRODUZINDO DOCUMENTOS HISTÓRICOS

Voltando-nos ao ponto de vista do pesquisador, já mencionado, no contexto da pesquisa historiográfica em nível local e afastado das grandes metrópoles, torna-se de grande valia o relato oral de artistas e demais membros da comunidade, uma vez que a documentação escrita, visual, audiovisual, sonora e mesmo oficial, sofrem constantemente os efeitos do descaso e do tempo (vide os recentes episódios de danos irreversíveis a importantes espaços do patrimônio histórico brasileiro), outorgando à memória o pesado fardo da preservação. Com efeito, o historiador é, essencialmente, um guardião e produtor de documentos, na medida em que seu olhar atento busca formas de atuação contra tais fenômenos, visando à preservação, o registro, a publicação e, não raro, o literal “resgate” (aqui nos referindo a documentos vitimados pelo descaso) desses importantes fragmentos da identidade coletiva que, por sua vez, é necessariamente nutrida pelos marcos sociais da memória: “[...] no existe recuerdo alguno que pueda ser considerado como puramente interior [...]” (HALBWACHS, 2004, p. 319), ou seja: o documento devidamente preservado e acessível atua como um permanente elo entre os membros de uma sociedade, mesmo ao passar das gerações, mantendo vivas determinadas memórias coletivas, capazes de contribuir para a história local.

Destarte, uma vez consciente da sua necessidade historiográfica, convive, o pesquisador, com toda a sorte de desafios, até mesmo onde, “logicamente”, não deveriam ocorrer. Por exemplo, em todo o período em que passamos a acompanhar regularmente as transmissões das entrevistas nos programas mencionados, a partir de 2022, não verificamos a iniciativa de qualquer dos artistas participantes em registrar integralmente suas entrevistas, salvo pequenos trechos em vídeo, destinados aos seus perfis em redes sociais, ou fotografias, limitando seus relatos à transmissão em tempo real, condenando-os à não-existência subsequente, salvo fossem gravados ou lembrados por terceiros, ou seja: mais uma vez, o fardo é destinado unicamente à memória que, destacamos, “registra” eficientemente a não-iniciativa de preservação enquanto fato relevante (PORTELLI, 2016).

O relato oral, nosso objeto de abordagem, superou, sobretudo após o advento da *Escola dos Annales* (1929), grande carga de preconceitos acadêmicos enquanto fontes de pouca “validade” em relação aos documentos escritos, em especial os oficiais, dotados de uma “aura de legitimidade” quase incontestável, como se isentos dos riscos da manipulação e direcionamento intencional dos discursos. Concomitantemente, a história oral, metodologia de pesquisa especializada no tratamento de fontes orais, amargou a mesma discriminação por décadas. Perceber a importância do ofício, portanto, inclui a iniciativa da preservação e produção documental, sem desconsiderar a necessária disponibilização:

Se o ofício do historiador se caracteriza pelo trabalho com fontes primárias, o fato de as entrevistas permanecerem “ocultas”, sem que sua consulta seja facultada aos demais interessados, impede-as de se tornar fontes plenamente legitimadas. (AMADO; FERREIRA, 2006, p. XXV)

Ainda que guardando profundas diferenças em relação à entrevista em história oral, a entrevista jornalística, especificamente a radiofônica, e contendo as características aqui analisadas (concedida a emissoras públicas, com duração média de 1h, sem grandes interrupções) revela-se uma importante fonte de pesquisa ao historiador musical, ao fornecer elementos subjetivos valiosos, como quando o entrevistado revisita a sua própria história durante o diálogo, em um “esforço de recordação” (HALBWACHS, 2004), bem como objetivos (a gravação do momento da entrevista em si enquanto documento histórico daquele momento específico, enquanto “história do tempo presente”), de maneira a tornar mais rica a consideração de ambas as categorias enquanto historiograficamente (e historicamente) válidas.

Em tempo, cabe, aqui, uma breve distinção entre a entrevista em história oral e a radiofônica, para fins didáticos: na história oral, em primeiro lugar, há a existência prévia de um projeto de pesquisa (MEIHY; HOLANDA, 2019), dotado de cronograma, objetivos, metodologia e demais elementos em busca das informações desejadas. O entrevistado geralmente é situado em um ambiente o mais confortável possível, não raramente em sua própria casa, preferencialmente desacompanhado de terceiros, em uma troca aprofundada entre as duas partes: entrevistador e entrevistado, coautores da fonte gerada (PORTELLI, 1997): o próprio diálogo, necessariamente gravado e convertido à linguagem escrita em, ao menos, duas etapas: a transcrição e a transcrição (adaptação da linguagem falada à escrita, conservando-se, ao máximo, o sentido das palavras e expressões). O elemento “tempo” é fruto de um acordo mútuo, sendo possível, inclusive, o estabelecimento de sessões extras de conversa. A entrevista pode ser, à escolha do pesquisador, direcionada a um tema (história oral temática) ou, ainda, mais ampla, reservando ainda mais

liberdade ao entrevistado de contar sua história, de acordo com suas prioridades de narrativa (história oral de vida). O processo inclui, ainda, a revisita do entrevistado ao material gerado, antes de sua publicação, possibilitando retratações, eliminação de trechos ou informações complementares.

Já na entrevista radiofônica, no contexto abordado, o tempo é determinado pela grade de programação da emissora. Ainda que o entrevistador demonstre habilidade em inspirar confiança, o entrevistado conta com dois elementos decisivos de “desconforto”: o ambiente não-familiar (o estúdio da emissora) e a consciência da audiência imediata: ainda que haja edição posterior, suas palavras são transmitidas em tempo real a centenas de pessoas, exigindo um nível de concentração nem sempre alcançável com naturalidade. Em história oral, o evento “entrevista” é essencialmente privado, enquanto na entrevista radiofônica trata-se de uma ação necessariamente pública e instantaneamente acessível. A tensão é diretamente proporcional à limitação de tempo e interrupções, daí, também, a nossa escolha por pesquisar participações de artistas em rádios não-comerciais. Ao conceder uma entrevista em uma emissora, o convidado tem a clara consciência de dirigir-se a uma coletividade, revelando, ainda, o potencial publicitário da participação: para além de contar sua história, o entrevistado aproveita o espaço para divulgar seus produtos e serviços (seu álbum nas plataformas de *streaming*, links importantes, contato para shows, etc.) àquele momento, visando certos benefícios, considerando a audiência. Em nosso recorte, reiteramos, esta torna-se, muitas vezes, a única forma de aproximação aprofundada entre o artista e a comunidade (excetuando-se o show presencial) possível, apesar de constantemente subestimada, como apontamos.

A LACUNA INSTITUCIONAL E O ACERVO DE ENTREVISTAS @MEMORIASUDOESTE

Constatamos, em nossa pesquisa, não apenas o descaso por parte dos artistas em relação ao registro, armazenamento e disponibilização de suas entrevistas. A ausência de acervos virtuais por parte das emissoras revelou-se um expressivo (e preocupante) dado, sobretudo em se tratando de emissoras públicas. A presença *on-line* da UESB FM resume-se a um pequeno *player* em uma página secundária no *website* da universidade, não havendo sequer a lista da grade de programação. A emissora possui um aplicativo, disponível para o sistema operacional *Android*, contendo também um *player*, acompanhado de uma lista de programas e horários simplificada e incompleta. No ambiente das redes sociais, há um perfil no Instagram, proporcionalmente vago. Por vezes, há a

O MÚSICO INDEPENDENTE NO RÁDIO PÚBLICO:
Memória, potenciais de pesquisa e lacunas em Vitória da Conquista
Plácido Oliveira Mendes
Felipe Eduardo Ferreira Marta

transmissão de *lives* direto do estúdio, incluindo quando da participação de artistas, sem periodicidade definida e quase nunca sendo disponibilizadas permanentemente no perfil. Apenas a TV UESB possui canal no YouTube, por onde são transmitidos os telejornais e publicados outros programas. Em 2019 foi anunciado o lançamento de um *website* incluindo um acervo virtual tanto de áudios da rádio quanto de vídeos da TV (TV UESB, 2019), sendo, porém, abandonado e retirado do ar, em 2021 (ACERVO, 2021).

Figura 1: o “website” da UESB FM em fevereiro de 2025.



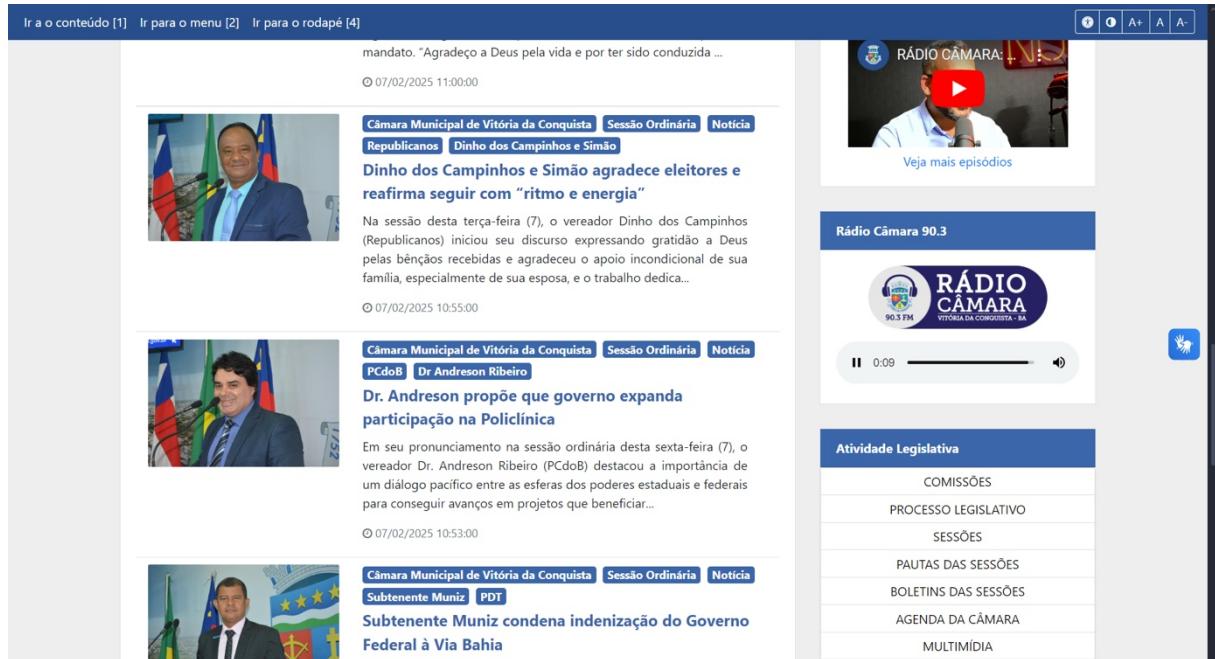
Fonte: <http://www2.uesb.br/radio/>

A Rádio Câmara apresenta o mesmo nível de despreocupação, focando-se prioritariamente na transmissão, registro e publicação das Sessões Legislativas, desconsiderando o conteúdo cultural e educativo. O *website* é atualizado diariamente com informações que cumprem satisfatoriamente o princípio constitucional da publicidade (Art. 37 da Constituição de 1988) dos atos públicos e a devida transparência (assim como o *website* da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia), mas todo o conteúdo enquadrável enquanto integrante de um acervo de áudios refere-se a entrevistas de parlamentares. A Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista também possui um perfil no Instagram, atualizado constantemente, de acordo com a mesma premissa, e um canal no YouTube, dedicado às transmissões ao vivo das mesmas Sessões. A presença da Rádio Câmara enquanto “entidade” limita-se a notícias pontuais, geralmente relacionadas a mudanças de estrutura e entrevistas de autoridades, e um modesto *player* inserido à coluna direita no *website*, não possuindo

O MÚSICO INDEPENDENTE NO RÁDIO PÚBLICO:
Memória, potenciais de pesquisa e lacunas em Vitória da Conquista
Plácido Oliveira Mendes
Felipe Eduardo Ferreira Marta

aplicativo para dispositivos móveis. Ambas as rádios são facilmente “sintonizáveis” para transmissão em tempo real em aplicativos de rádio diversos.

Figura 2: o *player* da Rádio Câmara, no *website*, em fevereiro de 2025.



Fonte: <https://camaravc.ba.gov.br>

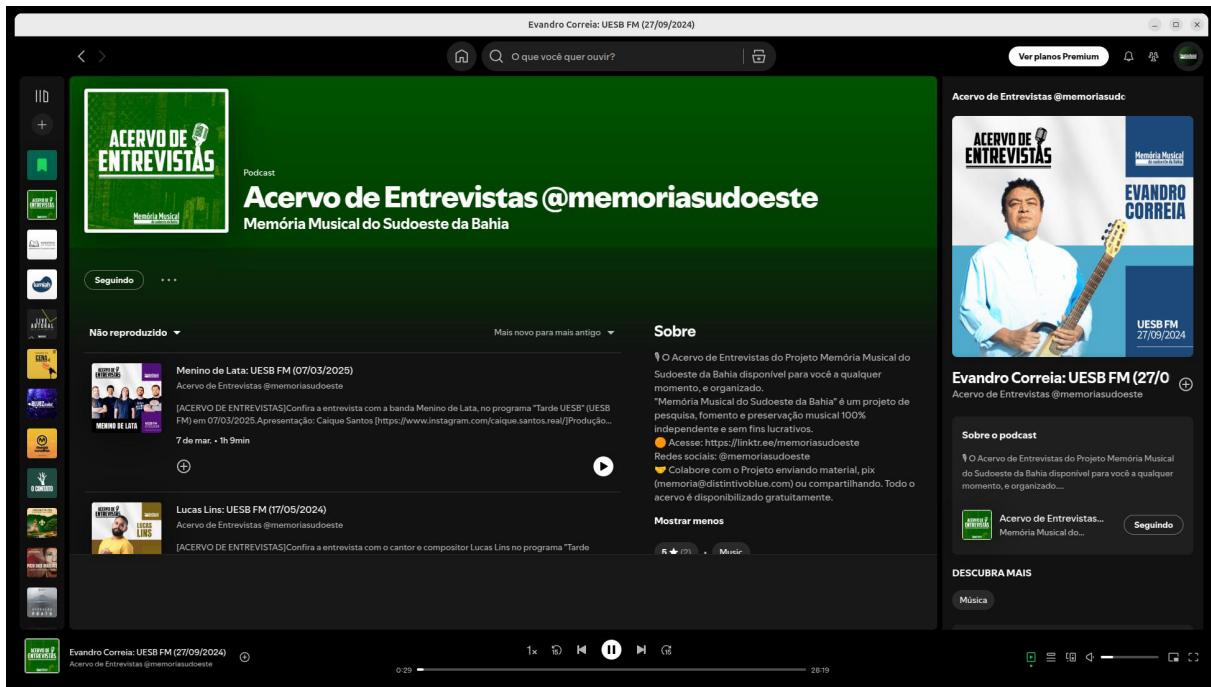
Chegamos a questionar, informalmente, representantes de ambas as emissoras a respeito da aparente não-intenção em se organizar e publicar seus acervos virtuais, não obtendo, porém, qualquer sinalização acerca de alguma mudança em andamento. Sabe-se, por outro lado, que todas as emissoras de rádio regulares mantêm, em seus setores comumente denominados pelos profissionais do rádio por “Censura”, arquivos das transmissões integrais da programação, por exigência legal (Art. 71 da Lei nº 4.117/1962 – Código Brasileiro de Telecomunicações), significando, ao menos por certo período, a existência desses materiais de grande importância histórica, inacessíveis, todavia.

Compreendendo este cenário, o Memória Musical do Sudoeste da Bahia, projeto independente de pesquisa, preservação e fomento, sediado em Vitória da Conquista (Apresentação, 2025), iniciou, em 2019, o subprojeto *Acervo de Entrevistas @memoriasudoeste*, objetivando o registro, catalogação e disponibilização gratuita, em ambiente virtual, de entrevistas em áudio, vídeo e texto relacionadas à musicalidade da região, com especial atenção a outros pesquisadores. O método de trabalho consiste na pesquisa em acervos públicos e privados, *websites* e plataformas sociais e o devido armazenamento, seguido da edição e publicação, em ambiente virtual *on-line*, referenciando

O MÚSICO INDEPENDENTE NO RÁDIO PÚBLICO:
Memória, potenciais de pesquisa e lacunas em Vitória da Conquista
Plácido Oliveira Mendes
Felipe Eduardo Ferreira Marta

as fontes originais. Em 2020 teve início a fase de produção de entrevistas originais, em história oral, gravadas em áudio e vídeo. A partir de 2022, passou-se à gravação regular de entrevistas radiofônicas, desde que relacionadas à musicalidade local.

Figura 3: o subprojeto *Acervo de Entrevistas* em sua versão podcast, na plataforma Spotify.



Fonte: acervo dos autores

O *Acervo de Entrevistas* vem reservando especial atenção às entrevistas radiofônicas, para preencher as lacunas deixadas pelas emissoras de públicas locais, minimizando as perdas e desperdícios de material de pesquisa transmitido regularmente, sem o devido esforço de preservação. As entrevistas também são publicadas em formato *podcast*, para tornar ainda mais facilitado e organizado o acesso, por plataformas diversas. Até fevereiro de 2025 foram publicados mais de cinquenta episódios. Já as mais de trinta entrevistas originais, produzidas sob o método da história oral, ainda não foram publicadas integralmente. Estas possuem, em sua maioria, a duração média de 2h, alcançando, em alguns casos, mais de 7h de diálogo gravado em áudio e vídeo. Há, ainda, a intersecção com o subprojeto *Toca Autoral!*, multilinguagem, compreendendo pequenas entrevistas com artistas locais (oito, até o momento) e execuções musicais, bem como seu acesso a programas radiofônicos (Memória..., 2024).

CONCLUSÃO

O *Acervo de Entrevistas @memoriasudoeste* permitiu vislumbrarmos uma pequena dimensão acerca do quanto danoso pode ser, para a comunidade e suas identidades, o descaso institucional e privado em relação à preservação documental. Se um conjunto de entrevistas organizado de forma independente, desprovido de qualquer fonte externa de recursos é capaz de fornecer vasto material de pesquisa em um intervalo de tempo relativamente curto (2019 a 2025), resta-nos a observação e o questionamento perante a decisão da omissão por parte de apenas duas tão importantes e influentes emissoras de rádio locais, associadas a setores fundamentais para qualquer sociedade: a universidade pública e o Poder Legislativo Municipal.

Os primeiros sites de emissoras que surgiram em 1996 mais pareciam folhetos eletrônicos, apresentavam informações sobre a rádio como grade programação, tabela de preço de comercial, perfil dos comunicadores e equipe de profissionais, lista de músicas mais tocadas etc. Para as emissoras, o site era mais um canal de divulgação da programação e meio de contato com clientes e ouvintes do que uma nova mídia a ser explorada de forma complementar ao rádio. (DEL BIANCO, 2004, p. 23)

Quase três décadas após as primeiras tentativas de integração ao ambiente virtual pelas emissoras comerciais de rádio brasileiro, percebemos um notável “atraso” do rádio público conquistense, ao limitar-se à disponibilização de simples tocadores vinculados aos *websites* institucionais, sequer atuando como “canais de divulgação da programação”, quanto mais enquanto “mídia complementar”. Diante deste quadro, a historiografia musical segue assumindo o papel de produtora documental, preservando a memória coletiva através dos relatos orais de artistas, produtores e demais personagens típicos do universo musical.

A oralidade, então, não é apenas o veículo de informação, mas também um componente de seu significado. A forma dialógica e narrativa das fontes orais culmina na densidade e na complexidade da própria linguagem. A tonalidade e as ênfases do discurso oral carregam a história e a identidade dos falantes, e transmitem significados que vão bem além da intenção consciente destes. (PORTELLI, 2016, p. 21)

Compreendemos, por fim, como primeiro passo em direção à mudança, a reflexão e o apontamento das questões mais relevantes, bem como o incentivo à indagação pela própria comunidade de destino acerca das escolhas e lacunas institucionais. A escolha pela não-preservação enquanto cultura direciona toda a sociedade ao esquecimento. Assim como a entrevista em história oral, a entrevista radiofônica “tem um propósito, até mesmo uma missão. Ela ambiciona deixar

uma marca no mundo. Ela não termina quando o gravador é desligado, quando o documento é depositado, quando o livro é escrito" (PORTELLI, 2016, p. 43). Se “[...] a memória é um trabalho constante em busca de sentido, que filtra os vestígios da experiência entregando ao esquecimento aquilo que já não tem significado na atualidade [...]” (*Id.*, p. 47), deve-se evidenciar os questionamentos acerca do atual quadro de ação negativa advinda de instituições públicas, desvinculadas de objetivos meramente comerciais: por que estas emissoras não demonstram qualquer preocupação com a preservação da memória e a concreta valorização do próprio conteúdo enquanto documento histórico? Manter vivas tais questões e atuar crítica e ativamente em direção oposta é a função dos historiadores, tal qual a célebre síntese de Peter Burke, “lembmando a sociedade daquilo que ela quer esquecer”.

REFERÊNCIAS

ACERVO de Áudios UESB FM - SURTE. 01 mar. 2021. Wayback Machine. **Internet Arquive**. Disponível em: https://web.archive.org/web/20210301011115mp_/http://surte.uesb.br/audios. Acesso em: 25 fev. 2025.

ACERVO de entrevistas. **Memória Musical do Sudoeste da Bahia**. Disponível em: <https://memoria.distintivoblue.com/search/label/Entrevistas>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ALMEIDA, Alda. O gênero Debate e o mito da superficialidade no rádio: a experiência do programa Além da Notícia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. I N° 1 – 1º semestre de 2004. p. 46-57.

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

APRESENTAÇÃO. **Memória Musical do Sudoeste da Bahia**. 11 fev. 2025. Disponível em: https://memoria.distintivoblue.com/p/apresentacao_20.html. Acesso em: 25 fev. 2025.

BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. **Manual de radiojornalismo**: produção, ética e internet. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CARDOSO FILHO, Jorge; JANOTTI JÚNIOR, Jeder. A música popular massiva, o mainstream e o underground: trajetórias e caminhos da música na cultura midiática. In: FREIRE FILHO, João; JANOTTI JUNIOR, Jeder (org.). **Comunicação & música popular massiva**. Salvador: Edufba, 2006. p. 11-23,

CUNHA, Mágda. O tempo do radiojornalismo: a reflexão em um contexto digital. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. I N° 1 – 1º semestre de 2004. p. 10-19.

DEL BIANCO, Nélia R.. A presença do radiojornalismo na internet: um estudo de caso sobre os sites da Jovem Pan e da Bandeirantes. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. I N° 1 – 1º semestre de 2004. p. 20-32.

DINO. Rádio se mantém forte como meio de mídia, aponta pesquisa. **Valor Econômico**. 08/05/2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/patrocinado/dino/noticia/2023/05/08/radio-se-mantem-forte-como-m meio-de-midia-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em: 25 fev. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História & memória**. 7. ed. rev. Campinas: Unicamp, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **Los marcos sociales de la memoria**. Barcelona: Anthropos Editorial; Caracas: Universidade Central de Venezuela, 2004.

MACEDO, C. G.; BERTÉ, I. L.; GOELLNER, S. V. História oral na era digital: a experiência do projeto Garimpando memórias. **História Oral**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 41–58, 2016. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/629>. Acesso em: 23 jan. 2025.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2019.

MEMÓRIA Musical do Sudoeste da Bahia [zine] - Vol. II, N 03 - Dezembro de 2024. Disponível em: <https://memoria.distintivobr.com/2024/12/memoriasudoeste003.html>. Acesso em: 25 fev. 2025.

MENDES, Plácido Oliveira. **A vez dos camisas pretas**: memória, formação e consolidação da cena rock de Vitória da Conquista-BA. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2022.

MENDES, Plácido O.; MARTA, Felipe Eduardo Ferreira. A história oral como instrumento de pesquisa em memória coletiva na cena rock de Vitória da Conquista-BA. In: FERREIRA, Heridan de Jesus Guterres Pavão (org.). **A cultura em uma perspectiva multidisciplinar**. Ponta Grossa: Atena, 2022a. p. 11-22.

_____. Memória e subjetividade de uma cena musical através da história oral. In: GUILHERME, William Douglas (org.). **História: tempo & argumento**. Ponta Grossa: Atena, 2022b. p. 77-85.

MÚSICA e Geração Z: o que os jovens estão consumindo de música nos dias de hoje [2024]. **Bananas Music**. 08 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://bananas.mus.br/blog/musica-e-genz-o-que-os-jovens-estao-ouvindo-2024/>. Acesso em: 11 fev. 2025.

NO AR: Solenidade marca inauguração da Rádio Câmara 90.3 FM. **Câmara de Vitória da Conquista**. 30/01/2023. Disponível em: <https://camaravc.ba.gov.br/home/noticia/33444/no-ar-solenidade-marca-inauguracao-da-radio-camara-903-fm>. Acesso em: 13 fev. 2025.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

O MÚSICO INDEPENDENTE NO RÁDIO PÚBLICO:
Memória, potenciais de pesquisa e lacunas em Vitória da Conquista
Plácido Oliveira Mendes
Felipe Eduardo Ferreira Marta

_____. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**. São Paulo, n. 14, fev. 1997. p. 25-39.

RÁDIO Câmara 90.3 entra no ar em período experimental. **Câmara de Vitória da Conquista**. 07/10/2022. Disponível em: <https://camaravc.ba.gov.br/home/noticia/33414/radio-camara-903-entra-no-ar-em-periodo-experimental>. Acesso em: 13 fev. 2025.

RÁDIO Câmara 90.3 FM estreia novos programas locais; saiba quais são. **Câmara de Vitória da Conquista**. 30/01/2023. Disponível em: <https://camaravc.ba.gov.br/home/noticia/33612/radio-camara-903-fm-estreia-novos-programas-locais-saiba-quais-sao>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SILVA, Juliana; MORAES, Patrick. 10 fatos para lembrar e celebrar os 10 anos da UESB FM. Notícias. **UESB**. 5 de março de 2020. Disponível em: <https://www.uesb.br/noticias/10-fatos-para-lembrar-e-celebrar-os-10-anos-da-uesb-fm/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SOBRE nós. **Rádio UP 100.1 FM - Vitória da Conquista**. Disponível em: <https://www.radioupconquista.com.br/sobre-nos>. Acesso em: 25 fev. 2025.

TV UESB e UESB FM lançam seu primeiro site. Notícias. **UESB**. 12 de março de 2019. Disponível em: <https://www.uesb.br/noticias/tv-uesb-e-uesb-fm-lancam-seu-primeiro-site/>. Acesso em: 13 fev. 2025.

VITÓRIA da Conquista. Cidades@. **IBGE**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/panorama>. Acesso em: 25 fev. 2025.